

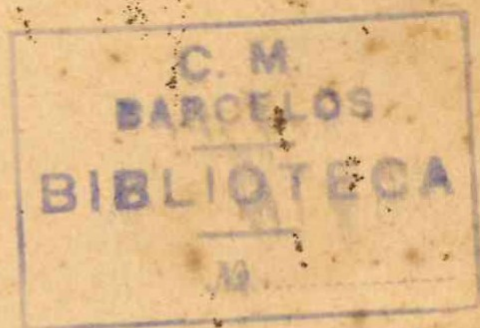
Luiz

Escriptos Juridicos :

POR

Luiz de Novaes

CONTRAMINUTA DE APPELLAÇÃO E IMPUGNAÇÃO A EMBARGOS
Sentença de 1.^a instancia, accordãos e tenções vencedoras na Relação do Porto, n'uma accção
de investigação de paternidade illegitima, na hypothese do n.º 1 do art.º 133 do Cod. Civ.



425-1947

BARCELLOS—1904

Typographia e Papelaria

de Augusto SOUCAS AUX



Contraminuta de appellação

E

Impugnação a embargos

DECISÕES JUDICIAES EM PRIMEIRA E SEGUNDA
INSTANCIA, CONFIRMANDO AS DOUTRINAS SUSTENTA-
DAS N'AQUELLAS ALLEGAÇÕES,
PRODUZIDAS N'UMA ACÇÃO ORDINARIA,
HOJE AFFECTA AO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E EM QUE SÃO:

Auctora Recorrida

Erminda da Graça,

E

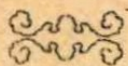
Reus Recorrentes

SEUS TIOS

MARIA JOSÉ GOMES E MARIDO; LUIZ JOSÉ GOMES
E MULHER; JOSÉ ANTONIO GOMES, VIUVO;
FRANCISCO DE SALLES GOMES E MULHER; E ANGELICA
CLEMENTINA GOMES

POR

LUIZ JOSÉ DE ABREU DO COUTO DE AMORIM NOVAES
Advogado e notario em Barcellos



*Barceliana
Perni*

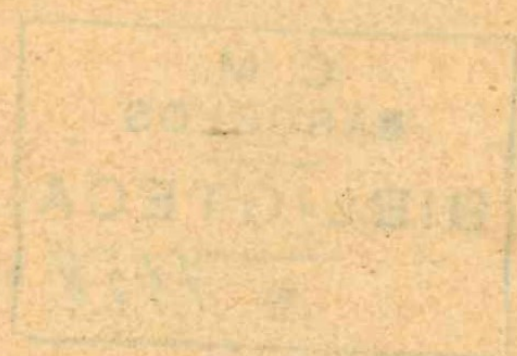
BARCELLOS

Typographia Soucasaux

C.M.B.
Biblioteca

Biblioreca
C.M.B.

Ermininda da Graça



Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.:

Para bem do direito, que assiste a nossa filha e enteada, para vulgarisação da jurisprudencia, que os tribunaes vão firmando sobre o melindroso assumpto de que aqui se trata e, determinadamente, em testemunho do muito reconhecimento, que todos devemos a V. Ex.^a, pedimos licença para dar á estampa e offerecer-lhe — a exemplo do que já fizemos, com referencia á ALLEGAÇÃO, feita perante a primeira instancia — a CONTRAMINUTA de APPELLAÇÃO e IMPUGNAÇÃO a EMBARGOS, que V. Ex.^a elaborou no processo, seguidas tanto da SENTENÇA da primeira instancia como dos ACCORDÃOS proferidos na Relação do Porto, que sancionaram as doutrinas, sustentadas por V. Ex.^a em tão difficil e complexa materia.

E, com os protestos da maior consideração, nos subscrevemos

De V. Ex.^a

muito respeitadores e obrigados

Alexandre Pires de Freitas
Anna Maria Gonçalves d'Araujo.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1850
1851
1852
1853
1854
1855
1856
1857
1858
1859
1860
1861
1862
1863
1864
1865
1866
1867
1868
1869
1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

University of Chicago Press
Chicago, Illinois

Summario

Os tribunaes devem receber, sem *prevenções*, as acções de *investigação* de *paternidade illegitima*, ainda que se fundem, simplesmente, na *posse de estado*.

Por se tratar de um *caso* de *excepção*, não póde o *favor*, concedido por esta, ser *restringido* por fórma que a lei não auctorise.

A *excepção* é, em todo o caso, *lei e lei* tão acatavel como outra qualquer, até porque se traduz n'um *beneficio*, para um *desherdado social*.

O nosso Codigo Civil não adoptou, na materia, os *principios restrictivos* do Codigo Civil Francez.

Não foi, nem podia ser tão rigoroso, em face da nossa *tradicção juridica* e dos *principios* de *humanidade*, de *justiça* e de *sã moral*.

Facultou, pois, mais amplamente, estas *acções*, restringindo, apenas, as demasiadas *facilidades* e *amplitudes* do nosso *antigo direito* e regulando, com precisão, os *requisitos*, exigidos para a procedencia d'ellas.

Esses *requisitos* são :

- a) *legitimidade* do *perfilhando*;
- b) prova da *posse* de *estado*, nos termos do art.º 115 do Codigo Civil;
- c) prova de todos os *indícios* e *conjecturas graves*, demonstrativos da *filiação*, que ponham a *posse* de *estado* a coberto da pecha de encobridora das antigas e proscriptas *adopções*.

Indispensabilidade da *conjunção* dos *tres requisitos*, que o citado art.º 115 assignala como caracteristicos da *posse* de *estado*.

Prova d'esses requisitos pela constatação de *factos*, mais ou menos *isolados*, mas todos elles conducentes ao mesmo *fim* e d'uma estreita e immediata *relação*.

Apreciação dos *depoimentos singulares*, n'esta conformidade produzidos.

A *uniformidade perfeita* no depoimento das testemunhas é, n'estes casos, muito mais suspeita, por inverosimil.

Em que acceção se deve tomar a palavra *familia*, empregada no art.º 115 do Código Civil, segundo as doutrinas da *Revista de Legislação e Jurisprudencia* de Coimbra, e *decisões* dos tribunaes superiores e, inclusivé, do Supremo Tribunal de Justiça.

A' *posse* de *estado*, para os effeitos da *prova da filiação*, não são adaptaveis os requisitos da *posse*, para os effeitos da *prescrição*.

Absurdos, a que leva a opinião contraria.

A *posse* de *estado* gera um verdadeiro *reconhecimento*, que se não perde nem por um *capricho* do pae, nem pelas *marchinações* dos interessados, nem por qualquer *circumstancia accidental*.

Opinião insuspeita de *Demolombe*, a este respeito.

O *tratamento* do *perfilhando*, como filho, não é necessario que seja *constante*; basta que seja *repetido* e *frequente*.

Alguns *principios* de *hermeneutica juridica*, indispensaveis para a justa apreciação d'esta questão.

A *evolução* do *Direito*, cá e lá fóra, é no sentido de *favor* para os *perfilhando*s.

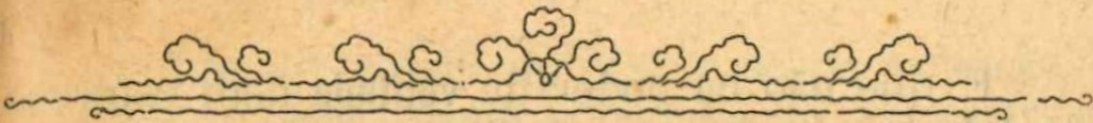
A obra dos nossos *legisladores modernos* e um *artigo brilhante* dos illustres *publicistas* Paul Lagrange e Jacques de Novvion, pedindo a reforma do Cod. Civil Francez, com referencia aos *filhos illegitimos*, e, determinadamente, no tocante á *forma* dos *reconhecimentos* e dos *registos* dos *nascimentos* e á sua *equiparação* aos *filhos legitimos*.

Attender ás justas reclamações dos *perfilhando*s é obedecer ás prescripções do *bom direito* e, ao mesmo tempo, tomar medidas, de prevenção e senso, contra os excessos dos *revoltados*.

Demonstração:

a) de que a Auctora tem a seu favor a *posse* de *estado*, com todos os *requisitos* legais; e

b) de que nos autos ha *prova, legal e sufficiente*, da sua *filiação*.



CONTRAMINUTA DE APPELLAÇÃO

POR PARTE DA APPELLADA

ERMINDA DA GRAÇA

A sentença appellada — além de muito justa e fundada no bom direito — é um indiscutível documento da integridade, alta competencia, vasta erudição e fino criterio do douto magistrado, que a proferiu.

Mais do que isso: — é o reconhecimento de um **facto** e a consagração de um **direito**, que uma povoação inteira recebeu bem, por serem ali perfeitamente **conhecidos** e **publicos**, sem **voz** em **contrario**, os **fundamentos** d'esta acção, que faziam de extreme justiça o deferimento da pretensão da Auctora, ora Appellada.

Não declamamos.

Da simples leitura d'essa sentença resalta, para todo o espirito despreoccupado, o convencimento da exactidão do que deixamos dito e de que, consequentemente, do venerando tribunal *ad quem* não ha a esperar outra decisão, que não seja a da **confirmação** da mesma sentença, que é imposta por todas as considerações e razões de Direito, de Justiça e até de Moralidade.

O douto patrono dos Appellantes bem se esforçou, na minuta precedente, por demonstrar o contrario, deixando, em todo o caso, trahir, bem a claro, a funda impressão, que, em seu recto e lucido espirito, causou não só a **justiça** da **causa**, como a bem meditada e conscienciosa e douta **sentença**, que a decidiu.

E' que não ha poder de **vontade** nem esforços de **talento**, que logrem vivificar uma causa morta, e bem morta, a todos os respeitos e por tão justificados fundamentos!...

Entremos, pois, sem mais detalhes, no assumpto, acompanhando o douto patrono dos Appelantes nas considerações por elle feitas em pró dos seus constituintes e pondo — facil é a tarefa, vá dito com a devida venia — em relevo a inanidade d'essas razões, por mais engenhosas e bem architectadas, que se achem.

I

Começou S. Ex.^a por **insinuar** que os tribunaes devem receber, sempre, com certa **reserva**, as **acções de investigação de paternidade illegitima**, quando — por falta de **escripto**, em que o pae expressamente reconheça a sua **paternidade** — ellas se apoiem, simplesmente, na **posse de estado**.

Não podemos deixar passar, sem reparo, esta **insinuação**, a que, aliás — estamos bem certo d'isso — o douto tribunal *ad quem* seria superior, independentemente de quaesquer considerações n'esse sentido.

Os tribunaes applicam a lei, fria, serena e despreoccupadamente.

Não lhes são admissiveis **prevenções** ou **reservas** contra esta ou aquella parte, nem **opiniões antecipadas** ou de *parti pris* contra os **pedidos** por ellas feitos em juizo.

Provados os **fundamentos** da accção, o que ha a decidir é se o **pedido** se **conclue**, logicamente, d'elles e se é auctorisado pelo **direito** applicavel.

Isto, com toda a imparcialidade, rectidão e desprendimento.

Por se tratar de um caso de **excepção**, não póde o **favor**, concedido por esta, ser **restringido**, por fôrma que a lei não auctoris e, muito menos, por meio de **prevenções** ou **reservas**, que — a podem admittir-se no espirito de julgadores, integros e que comprehendem, elevadamente, a sua missão — impressionariam, perigosamente, o seu espirito, no sentido do **desfavôr** para a parte, que invocasse essa **excepção**, que, em todo o caso, é lei e lei tão acatavel, como outra qualquer, senão ainda mais, porque se traduz n'um **beneficio** para um **desherdado social**, frisando, porisso, aqui, á justa, o velho brocardo juridico—*favorabilia amplianda, odiosa restringenda*.

E' certo que o nosso Codigo admittiu, só em determinados casos, as **acções** de investigação de **paternidade illegitima**; mas — como já se demonstrou a fl. 302 — não foi elle, nem podia ser, em face da nossa **tradicção juridica**, tão rigoroso como o Codigo Civil Francez, que declarou **interdicta** a mesma acção, a menos no caso de **rapto** e **seducção** da mãe, quando esses **factos** coincidissem com a epocha da **concepção** e ficando ainda dependente a **procedencia** da **acção** da prova de todas as mais circumstancias, characteristics da **paternidade**, arguida ao **raptadôr** ou ao **seductôr** (Codigo Civil Francez, artigo 240, § § 1.º e 2.º).

O nosso Codigo, pelo contrario, facultou, mais amplamente, estas acções, pondo, apenas, termo ás demasiadas **facilidades** e **amplitudes** do nosso antigo **direito**, e regulando, com mais precisão, os **requisitos** a satisfazer, para ser declarada a **procedencia** d'ellas.

Esses **requisitos** são, como por uma e outra parte está acceito e reconhecido:

- 1.º) a **legitimidade** do auctor;
- 2.º) a prova da **posse de estado**, nos termos do

artigo 115 do Código Civil, ou seja—do **facto** de o filho ter sido **reputado** e **tratado** como tal, tanto pelo pretenso **pae**, como pela **familia** d'este e pelo **publico**; e

3.^o) a prova de todos os **indícios** e **conjecturas graves**, demonstrativos da **filiação**, para que a **posse de estado** não possa ser suspeita de uma **tentativa** para, por essa forma, encobrir as antigas **adopções**.

II

Os Appellantes, como é natural, procuraram por todas as formas, desmerecer, em importancia e credits, a prova feita á **posse de estado**, dizendo-a insufficiente por assentar (segundo elles) em «factos isolados, contradictorios, repugnantes entre si e até passados ás escondidas»!...

Salvo o devido respeito, nada mais excessivo, falso e injusto do que esta apreciação, feita a uma **próva**, que a todos se impõem, pelo fundo de **verdade**, que d'ella resalta e pela **imparcialidade** e **liberdade**, com que foi produzida.

A não serem a 2.^a e 8.^a testemunhas (a 1.^a das quaes foi **creada**, durante 4 annos, do finado Gomes e a 2.^a **serviçal** do mesmo, até como **lavadeira**) todas as mais — excepção feita para a 7.^a testemunha o revd.^o abbade da matriz — fôram **amigos** e **visinhos** do dito Gomes.

Os factos, que relataram, referentes, mais ou menos, a scenas de **viver intimo** do dito Gomes, surprehenderam-nos — como é natural — nas occasiões, em que lhe frequentavam a casa ou em que, casualmente, se encontravam.

D'ahi, o serem esses factos mais ou menos isolados, mas todos conducentes, directamente, á prova da **posse de estado**, havendo entre todos elles uma estreita e immediata **relação**.

Não pôdem, pois, dizer-se, de modo algum, **singulares** os depoimentos d'essas testemunhas, que todos constituem, aliás, a prova chamada **adminiculativa**, porque todos se dirigiram ao mesmo **fim**, como o reconheceu o douto juiz recorrido, a fl 356 verso e 357.

E' e sempre foi esta a jurisprudencia, geralmente acceita sobre a materia, como pôde ver-se em Pereira e Souza, **Primeiras Linhas sobre Processo Civil**, nota 485; **Theoria das Provas** do sr. Dr. Neves e Castro, n.^{os} 272, 273; e em Bonnier, **Traité des preuves**, tom. 1.^o pag. 367 a 375, que começa por consignar o principio «de que se devem **pesar** e não **contar** as testemunhas e de que—se é certo que *testis unus, testis nullus*—este principio não pôde, de modo algum, applicar-se, quando o depoimento **unico** seja **completado** por outro, ou mesmo por outra especie de prova».

Se a Appellada trouxesse testemunhas *ad hoc* e adrede ensaiadas, não lhe seria difficil obter uma **uniformidade**, artificial e composta, que — posto mesmo de parte o vicio da sua origem — nos parece ser menos persuasiva do que a prova, resultante d'esses depoimentos, prestados pelas testemunhas da Auctora, todos muito naturaes e espontaneos e tendentes á verificação do mesmo **assérto**.

A **uniformidade perfeita** nös depoimentos das testemunhas, depondo todas por uma só fôrma, nas menores e mais leves circumstancias, põem a claro: — ou

a) — que se combinaram entre si, traçando o plano, que haviam de seguir; ou

b) — que um **mentôr** commum as **guiou** e **dirigiu** a todas nos meandros, tortuosos e difficeis, d'uma deposição, pouco escrupulosa e séria.

E uma **prova**, em taes condições, não teria, nem jámais teve fóros de credibilidade.

E' frisante o brocardo: — *quod nimis probat, nihil probat*.

Já no direito romano assim era:

Testes contestes esse debent, sed nimis contestes, sunt suspecti. Deluca, de judiciis, 32, n.º 55 — Videndum utrum unum, eundemque meditatam sermonem attulerint — L. 3, D. de testib.

Estes são os **principios**, que, só por motivos de um falso opportunismo, ex-adverso se simulou olvidar, pondo-os inteiramente de parte...

Adeante se mostrará que ha, pois, **prova e prova sufficiente** da verificação, cumulativa, dos **tres elementos**, constitutivos da **posse de estado**, ou seja do **tratamento de filho**, dado pelo **pae**, pela **familia** d'elle e pelo **publico**.

Por emquanto, vamos continuando a acompanhar os Appellantes, nas suas considerações.

III

O meritissimo juiz recorrido — apreciando e muito sensatamente a accepção, em que se deve tomar a palavra **familia**, empregada no artigo 115 do Codigo Civil — consignou, na sentença appellada, a verdadeira e justissima doutrina de que se não deve exigir o **tratamento** referido senão da parte d'aquelles **parentes**, que tivessem ou podessem ter relações de **convivência** com o pretenso **filho**, pois seria **absurdo** admittir que a lei exigia esse **tratamento** entre pessoas, que se não conhecessem e que nunca se tivessem visto.

A' justeza d'estas considerações, não tiveram os Appellantes que oppôr, a não ser umas **dícacidades**, mais ou menos espirituosas, mas destituídas de todo o valôr como argumento juridico, concluindo que, «n'esta ordem de ideas, não seria

para admirar «que se viesse a dispensar o *tractatus et fama*, pela parte do **pae**, desde que se provasse que este não **conhecia**, nem tinha visto o **filho** e, até, que se permittisse a acção de **investigação de paternidade illegitima**, com fundamento na **posse de estado**, sem se **provar** nenhum dos **requisitos** d'ella»!

Esta critica, verdadeiramente á **sobre posse**, da parte de um causidico illustre, a quem sobejam recursos para a fazer, em todos os casos admissiveis, por uma fôrma superior, vale bem a melhor **confirmação** e até a **adopção** da doutrina, justissima e sensatissima, que a sentença recorrida sanccionou.

I V

Em seguida — porque o meritissimo juiz recorrido dêsse como provado que o Appellante Francisco de Salles Gomes, e um filho do Appellante Luiz Gomes, e a fallecida irmã Maria Rosa e, principalmente, a Appellante Angelica Clementina Gomes, reputavam e tratavam a Auctora como filha do fallecido Antonio José Gomes — os Appellantes rompem com o assérto, categorico e audacissimo, de que «o processo repelle uma tal affirmação»!...

E n'esse sentido, passam a fazer, a seu sabôr, a apreciação da **prova testemunhal**.

Imitemol-os nós.

Pelo que respeita ao Appellante Francisco de Salles, disse a 5.^a testemunha, a fl. 167 verso e 168:

«Que **vira** a Auctora abordal-o, depois da morte do pae, no estabelecimento do Araujo, negociante na rua 8 de Maio, pedindo-lhe a **benção** e que lhe desse alguma coisa da **herança** do mesmo seu pae, e que mais vira e observara que o dito

Appellante — dando-lhe a **benção** e notando-lhe que estava muito crescida e perguntando-lhe por onde tinha andado — lhe dissera «que bem sabia que era **sobrinha** e que, quanto á **herança**, alguma coisa lhe havia de dar, mas que não andasse a dar á lingua».

Que mais claro se quer do que isto?...

Dá-lhe a **benção**, reconhece que ella é **sobrinha** e promete dar-lhe alguma coisa da **herança** e ainda se inculca que tudo isto é insufficiente, para o fim que se tem em vista!...

Diz-se, ainda:—«mas na instancia, a fl. 172 verso, a testemunha já não declarou que o Appellante Francisco de Salles dissesse que bem sabia que ella era **sobrinha**».

Lapso evidentemente, ou questão de redacção, porque o que é irrecusavel é que ella lhe pediu e **benção** e que elle lh'a deu e que lhe prometteu dar alguma coisa da **herança** do pae, se ella tivesse juizo e não dêsse á lingua.

Ora quem faz isto é porque reconhece as alludidas relações de **parentesco**. A um estranho, certo não o faria...

A 8.^a testemunha — cuja importancia se póde aferir pelos apódos, mordentes e apaixonados, que lhe fôram dirigidos, quando, ex- adverso, se apreciou o seu depoimento, no baldado intuito de lhe apoucar o valor probatorio — **confirmou**, tambem, o depoimento anterior, dizendo que o Appellante Francisco de Salles, **acceitou** o tratamento de **tio**, dado pela Appellada e lhe déra a **benção** e lhe fizera a mesma **promessa** quanto a dar-lhe alguma coisa da **herança** do pae, isto no estabelecimento do sobredito negociante Araujo, da rua 8 de maio.

A apparente contradicção—sobre materia aliás incidental, entre esta testemunha e a 6.^a, o **tabellião** Antonio José Alves — está satisfactoriamente explicada no **auto** de **acareação** a fl. 208, como o reconheceu o douto juiz recorrido, declarando harmonicos os depoimentos das mesmas testemunhas; pois que

o referido **tabellião** apenas affirmara que o negociante Araujo lhe disséra que o Appellante Francisco de Salles, sendo tratado por **tio** pela Auctora, lhe acceitou esse **tratamento** e lhe dera a **benção** e lhe promettera que alguma coisa lhe havia de dar da **herança** do pae, não tendo **presenceado** essa declaração, como o havia affirmado a 8.^a testemunha; mas

que — morando elle **tabellião** nos altos do mesmo predio e costumando ir ao estabelecimento do dito Araujo, ás vezes até sem chapeu e em chinellos, assim como estava no seu escriptorio — bem possivel era que essa 8.^a testemunha, tendo-o visto lá, o suppozesse como **presenceal** do facto; e

com isto, depois de reflectida, concordou a mesma 8.^a testemunha, insistindo em que, de facto, tinha **visto** o dito **tabellião** no referido estabelecimento.

As testemunhas referem — como aliás é natural — estes factos conforme a **reminiscencia**, que teem d'elles, e cada qual sob o seu **ponto de vista pessoal** e conforme o **tempo**, em que e por que os observaram e a **attenção** que lhes ligaram, maior da parte de umas e indifferente, até, da parte de outras, porque quem vae a um estabelecimento é claro que se preocupa, principalmente, com aviar e tratar dos seus negocios.

Por aqui se vê a **sem-razão** da critica, que lhes é feita a fl. 395 verso, dizendo se «que o depoimento da 5.^a testemunha parece referir-se a factos passados no **tom** o mais **amigavel** possivel,

emquanto que, segundo a 8.^a testemunha, as coisas terminaram por uma fôrma, irritante e irritada».

Preso por ter cão e preso por o não ter — verifica-se, aqui, á justa, este velho aphorismo; pois — se as duas testemunhas depoizessem n'uma inteira **conformidade** — certo se havia de dizer que ellas tinham vindo repetir o recado, visivelmente estudado!...

Reparou-se em que não se trouxesse a depôr o negociante Araujo...

Foi-lhe isso proposto, foi, pela Auctora; mas, amigo dos Reus Appellantes, não quiz comprometter-se...

Em todo o caso, se essa pécha tem algum valôr, inutilisada fica com a objecção inversa: — porque não o trouxeram os Réus Appellantes a depôr, por sua parte e a esclarecer o que, tão refalsadamente, inculcam como verdadeiro sobre este ponto?...

Testemunhas tinha-as a Auctora a rôdo, como se vê do **ról e addicionamentos** de fl. 50, 53, 79 e 87; mas teve de **prescindir** d'ellas, porque a lei não permittia que produzisse mais, visto terem deposto a todos os **factos** allegados, como se vê da declaração, que expressamente se consignou na acta a fl. 182 e verso.

Demais, nóte-se que o Appellante Francisco de Salles não **vivia** com o finado Antonio José Gomes e não lhe frequentava, a miudadamente a casa, como do processo consta.

Quanto ao filho do Recorrente Appellante Luiz Gomes — que teve **casamento** tratado com a Auctora — não pôde, em boa fé e em sã e bem intencionada censura de direito, recusar-se que elle se considerava **primo** da Auctora, que o dizia sem reboço e que, até, o declarou em casa do pa-

rocho quando o foi consultar sobre se precisava, ou não, de **dispensa** para casar, dadas taes relações de **parentesco**.

E' ver o que, a este respeito, depozeram:

a 1.^a testemunha a fl. 94;—a 3.^a a fl. 126;—a 4.^a a fl. 149 verso;—a 5.^a a fl. 168 verso e 173—especificando esta que o proprio pae da Auctora, finado Antonio José Gomes, declarara que elles eram **primos** e que não podiam casar sem **dispensa**;—a 6.^a a fl. 177 verso e 178;—a 7.^a a fl. 187 verso e 188, e a 8.^a a fl. 194 verso.

Elle inculcava-se como **primo** da Auctora e **tratava-a** como tal e era assim **tratado** e **considerado** no **publico**, chegando o **mulherio** a observar-lhes, quando os via em conversas:—«**olhae que é precisa dispensa**»—como o declarou a testemunha, que depôz a fl. 177 verso.

Isto é o que resalta, por uma fôrma inilludível, dos alludidos depoimentos e tudo o que contra isto se disser não passa de um jogo, malabar e mirabolante, de palavras em guisa de argumentos, expostos aliás com habilidade e fôrma adequada a produzir os desejados effeitos, mas—com franqueza e sempre com a devida venia—de uns intuitos, transparentemente, **arteiros** e **sophisticos** e visando, unicamente, a encobrir, por essa fôrma, a grande falta de **factos** e **razões**, que, a valer, auxiliem os Appellantes.

Ó mesmo se póde dizer com referencia á finada Maria Rosa Gomes e á Appellante Angelica Clementina Gomes, irmãs do fallecido Antonio José Gomes e que com este viveram.

Sempre **reconheceram** e **trataram** a Auctora como **filha** do sobredito Gomes, chegando a asseverar que ella se **parecia** muito com elle (fl. 98 verso e 154 verso).

A Ré, ora Appellante Angelica Gomes, tratava-a por **sobrinha** e não tinha duvida em declarar essas relações de parentesco (fl. 145 verso, 167 e verso, fl. 191 verso e 192).

N'este ponto não é licito exigir mais, porque os **parentes** são os primeiros interessados, em taes casos, a furtar-se a reconhecer o parentesco.

Em dezenas de acções, que temos visto julgar procedentes, nem coisa que se approxime de metade d'esta prova se ha feito, quando se trata de comprovar o **tratamento** por parte dos **parentes**.

Não pode, portanto, duvidar-se de que a Auctora foi **reputada** e **tratada** como **filha** do pae, que se attribue, pelas indicadas **pessoas da familia** d'elle e, nomeadamente, pelas **irmãs**, que com o mesmo conviviam e não tinham a menor duvida a tal respeito.

Exigir mais da **prova testemunhal**, em taes circumstancias, chega a raiar pelo **absurdo**, mórmente attendendo-se a que os demais **parentes** viviam em freguezias ruraes, a distancia da cidade, convivendo, até, pouco com o finado Gomes, como o reconheceu o douto juiz recorrido a fl. 357 verso.

Todos a reconheciam, apesar d'isso, por **sobrinha** e pensavam em dar-lhe alguma cousa da **herança**, como o declarou o Réo Appellante Francisco de Salles Gomes.

Mas a verdade é que a tratavam pouco e, inclusivé, não tinham tambem—como se acaba de notar—as relações mais intimas com o finado Antonio José Gomes, vendo-se, apenas, raramente e só por occasião das **feiras...** quando a ellas vinham, já se deixa ver.

Já, a fl. 306 a 309, se demonstrou que não era necessario que o **tratamento**, dado pelo **pae** ao filho e pela **familia** d'elle, fosse **constante**.

A Lei não o exige e ella não póde, em tal materia, ser **exagerada**, porque — isso importaria como já ponderamos — a **restricção** de **beneficio** por ella concedido contra todas as indicações do Direito e da Equidade.

Assim o entendeu o meretissimo juiz recorrido, estabelecendo que basta para, em taes casos, se haver como provada a **posse** de **estado** que o **tratamento** se verifique, com frequencia durante uma **certa epocha**, de fôrma que, d'ahi resulte, inequivocamente, o reconhecimento da **paternidade**, porque — estabelecido esse **tratamento** e dadas taes **demonstrações** e feito o **reconhecimento**, que d'ellas se induz — o **filho** adquiriu, inauferivelmente, a **posse** de **estado**, que nada tem de commum com a **posse material** ou fruição e retenção da coisa.

Isto não é uma **theoria nova** de Direito.

E' a applicação extrême da lei, que não faz, nem quiz fazer tão excessivas e, até, inadmissíveis exigencias, porque a **posse** de **estado** não deve perder-se, sacrificada, ás vezes, pelos ardis, interesseiros e cavillosos, de uma parentella, ávida da herança do pretenso pae e pouco presa com escrúpulos.

Isto é o que é razoavel e é assim que se devia **interpretar** a lei, se ella não fosse clarissima; porque as leis — como o deixou escripto o grande mestre Corrêa Telles — devem interpretar-se sempre pela **fôrma mais racional** e **equitativa** e em **termos habeis**.

Não ha, pois, razão para se capitular de **theoria nova** a estabelecida pelo douto juiz recorrido, quanto á **diuturnidade do tratamento**, caracteristico da **posse de estado**, que — segundo a sentença appellada—basta se verifique, com frêquencia, durante uma **certa epocha**, não podendo ser invalidado nos seus effeitos o **reconhecimento**, que d'ahi resulta, pelo **retrahimento** posterior da concessão d'aquelle **tratamento**.

A par da lei, pode ir-se mais longe.

Póde até sustentar-se que—desde que o pae e a familia **reconheceram**, acceitaram e trataram, **uma só vez** que fosse, o filho como tal—não podem nem devem os tribunaes deixar de acceitar e sancionar esse **reconhecimento**, para todos os effeitos, que a lei lhe attribue, como já a fl. 306 se ponderou.

Effectivamente, o art.º 115—definindo a **posse de estado**—diz que consiste no **facto** de alguém haver sido **tratado e reputado** por **filho**, tanto pelos **paes** como pela **familia** d'estes e pelo publico; e, consequentemente, desde que se prouve que esse **facto** se deu, **uma só vez** que fosse, não se póde deixar de ter como **satisfeita a lei**.

Mas o que é certo é que a Auctora não está n'essas condições, porque a **próva testimonhal** mostra que esse **tratamento** lhe foi dado pelo fallecido Gomes, tanto na **intimidade familiar**, como em **publico** e por **bastantes annos** na **infancia** d'ella e, ainda recentemente, depois de **môça**.

A 1.^a testemunha foi **padrinho** do baptismo da Auctora, a **pedido** do finado Gomes, que forneceu o **dinheiro** para as **despezas do baptisado**. (fl. 90 verso e 91 verso).

Tomou **conta** da Auctora a **pedido** do mesmo Gomes e com o fundamento de que o **padrasto** a não

tratava bem, mediante a **mensalidade** de 3:000 réis, que aquelle lhe **pagava** (fl. 92 verso e 93).

O Gomes apresentou-se-lhe, sempre, como **pae** da Auctora e assim o **tratava** na sua presença (fl. 93 verso).

A 2.^a testemunha assevera, pelo ver e ouvir, que o Gomes sempre tratara a Auctora como **filha**, em **publico**, vendo-o, ás vezes, ser **abraçado** por ella na rua, quando pequena e dar-lhe a **benção** e, até, algumas moédas de cobre (vide fl. 108 e verso).

Pelo **ouvir** dizer á **visinhança** e ao **publico**, sabe que a Auctora, já depois de **moça**, se dirigia ao Gomes, onde quer que o encontrasse, pedindo-lhe o **benção** e, algumas vezes, **dinheiro**, especificando que isso ainda se dera por ocasião das **festas da Agonia** de 1898, e que o Gomes correspondia a esse **pedido**, dando-lhe a **benção** e alguma **cousa** para uma **prenda** (fl. 109 verso).

A 3.^a testemunha **viu** a Auctora, quando tinha pouco mais ou menos 3 annos de idade, por casa do Gomes, tratando-o por **pae**, agarrando-se a elle e pedindo-lhe um vintem, e presenciou que o Gomes **acolhia** esse **tratamento**, **acariando** a pequena, **pegando** n'ella, **beijando-a** e dando-lhe o que lhe **pedia** (fl. 125 verso e 126).

Quando a Auctora esteve a **servir** em casa d'elle testemunha pela 2.^a vez, o Gomes — vendo-a lá por casa e olhando-a de soslaio, mas com interesse, como costumava — disse na presença d'elle testemunha: — «**estás em casa onde te façam mulher; se tiveres juizo ha-de-te ficar pão para comer**» (vide fl. 126 verso).

N'outra ocasião Gomes — fallando ácerca do **casamento** desfeito da Auctora com o **sobrinho** — censurava este asperamente e dizia: — «que tanto se resentira, d'isso, que lhe declarara que o admittia em casa, por não ter quem lhe fizesse o serviço, de que estava encarregado, porque do

contrario, não lhe poria lá os pés e que não admittiui em casa a rapariga, que depois, casou com o mesmo sobrinho» (fl. 126 verso e 127).

Presenceou, por vezes, o Gomes tratar a Auctora, por **filha** na ausencia d'ella e, de facto, é ella tão **parecida** com elle, que até nos pés se nota essa **semilhança** (fl. 127 e verso).

A 4.^a testemunha sabe que o Gomes convidara os **padrinhos** e pagara as **despezas** do **baptizado** da Auctora (fl. 134 verso e 146 verso).

Presenceou, tambem, por vezes, em casa do Gomes, este **acolher** bem a pequena quando criança, receber o **tratamento** de **pae**, dar-lhe **doces** e algum dinheiro para «**ricos**» e «**castanhas**».

O Gomes não deitava bando de que a Auctora fosse sua **filha**; mas nunca deixara de a **receber** pela fórmula dita até aos 5 annos de idade, tratando-a por **filha** sempre que ella apparecia a pedir-lhe a **benção** e a chamar-lhe **pae**, isto tanto em **casa** d'elle, como na **d'ella** testemunha e até na **rua** (vide fl. 142 verso, 143 e 148 verso).

Quiz mettel-a n'um **Asylo de Irmãs da Caridade**, chegando a dar á testemunha **meia libra** para a compra de algumas **peças** do respectivo **enxoval** e dizendo-lhe que, afinal, dêsse a sua conta (fl. 143 verso).

Confirmou o que a testemunha anterior, seu marido, declarara quanto ao Gomes dizer — «**que a Auctora estava em casa onde a fizessem mulher e que, se se portasse bem, lhe havia de deixar que comer**» — (fl. 144 verso).

A 5.^a testemunha foi **madrinha** da Auctora a **pedido** de Gomes e confirma, tambem, que elle pagou as **despezas** do baptizado (vide fl. 154).

O Gomes tratava a auctora, quando pequena, com todas as **demonstrações** e **affectos** de **pae**, sendo por ella procurado e abraçado (vide fl. 154).

Em certa occasião — tendo desaparecido de casa da mãe — a testemunha foi procural-a a casa do Gomes e econtrou-a com as mãos em cima das pernas do pae, que se achava sentado e junto, tambem a irmã Maria Rosa, hoje fallecida, achado-se ambos muito entretidos a **acarinhar** a pequena; e observando o Gomes á testemunha, que lhe havia communicado que a mãe não sabia para onde ella estava: — «**ella para onde havia d'ir, senão para casa do pae**»?... (vide fl. 154 verso).

Viu, por vezes, a pequena abordal-o mesmo na rna, chamando-lhe **pae** e pedindo-lhe a **benção**, que elle lhe **dava** (vide fl. 154 verso).

Sabendo o Gomes que a Auctora era **mal tratada** pelo que é hoje seu **padrasto**, incumbiu o marido d'ella testemunha de tomar **conta** da filha, mediante a **mensalidade** de 3:000 rês; e quiz depois recolhel-a no **Asylo das Irmãs de Caridade**, chegando a encommendar o **enxoval** (vide fl. 155).

Teve occasião de verificar, por vezes, que o Gomes — tanto em **particular** como **onde** quer que **encontrasse** a Auctora — continuava a receber-lhe o **tratamento** de **pae**, correspondendo-lhe, dando-lhe a **benção**, tratando-a sempre por **filha** e não a repellindo nem desconsiderando nunca, citando, até, um facto, passado recentemente no largo de S. Domingos, indo a testemunha em companhia da Auctora (vide fl. 155 verso, 166, 167 e 171 verso).

Soube, tambem, por uma **creada** de nome Rosa, que a Auctora era tratada pelo **pae** como **filha** (vide fl. 167 e verso).

Allude ao facto de **ajuste de casamento**, em que andou a Auctora com o primo Manoel, filho do Réo Luiz Lemos e que como **prima** a tratava, chegando a deitar os **banhos**; e allude, tambem ao **pedido**, que o padrinho d'ella fez ao Gomes, para que os ajudasse e recebesse em casa, observando-lhe elle: — «**Vossê não sabe que elles são primos legítimos, que não podem casar sem dispensa e que eu**

é que tenho de pagar tudo?... Mas...que andem que eu afinal cá estou» (vide fl. 168 e verso e 173).

Mezes antes do Gomes morrer — passando ella testemunha com a Auctora na rua de S. Pedro, onde elle tinha uma adega — convidou-as a entrar e offereceu-lhes de beber; e — acceitando ellas — deu 500 réis á Auctora tratando-a por **filha**, dando-lhe a **mão a beijar** e dizendo para ella testemunha: — «**faça-a trabalhar para deante, que o trabalho é honra e eu tambem trabalhei muito e, afinal, o que é meu para ella será**» (vide fl. 167).

A 6.^a testemunha diz saber que o Gomes tratava a Auctora como **filha** (vide fl. 176).

Este disse-lhe em 1883: — «que a filha, a Auctora, não seria por elle **perfilhada**, emquanto a mãe estivesse na companhia do **refinador**» — assim designava elle o **padrasto** da Auctora (vide fl. 176).

O Gomes perguntou-lhe se, casando, podia **perfilhar** a Auctora, ao que elle testemunha respondeu que sim e que até lhe fazia a escriptura de **perfilhação** (vide fl. 176 e verso).

A 8.^a testemunha foi **ama** de um **filho**, que morreu, irmão da Auctora e, indo buscar esta a pedido do Gomes, presenciou que este a tratava por **filha**, que a **acarinhava** e **beijava**, sendo tambem, por ella **tratado** por **pae** (vide fl. 191 e verso).

Affirma que o Gomes, lhe disse por vezes: — «**Que para a Auctora era o que tinha**»; — e que **vira** tambem por vezes, que elle a **acarinhava** e lhe dava a **mão a beijar**, isto emquanto creança e em qualquer **parte**, onde a encontrasse (vide fl. 192).

Quando a Auctora, já **moça**, regressou a Vianna do Castello, vinda da terra da mãe, **viu**, por tres vezes, em differentes pontos e ainda no estabelecimento do Gomes, dar-lhe este o **tratamento** de **pae**, tratando-a como **filha** e dando-lhe a **mão a beijar** (vide fl. 192 e verso).

O Gomes disse, por diferentes vezes, que havia de **perfilhar** a Auctora (vide fl. 194).

Depois d'isto que mais exigir, em boa fé e sensatamente, da **prova testemunhal**?...

A Auctora provou **quanto era possível provar**, por este meio e por uma fórmula natural, espontanea, sem suspeita de **insinuações** e, muito menos, de **direcção**, feita a essas testemunhas, para que depozessem **uniformemente** e por **uma só voz**.

Disseram ellas—por uma fórmula, em que transluz a **verdade** e a **sinceridade**—o que sabiam com referencia aos **fundamentos** da acção, asseverando, mais ou menos, factos diversos, mas convergentes todos á prova do mesmo **assérto** e formando, consequentemente, um conjuncto, tão perfeito para o fim, que se tem em vista, como insuspeitissimo.

A impressão que esta prova deixou no espirito dos Appellantes, resalta, visivelmente, da **minuta** precedente, n'esta parte muito frouxa de razões, pois limitou-se á exploração—que é sempre recurso de desespero—de umas imaginarias contradicções entre os depoimentos das testemunhas.

Exemplo:—«que a 3.^a testemunha disséra, a fl. 131 verso, que o Gomes procurava, sempre, ocasião, em que **não estavam** pessoas presentes, para dar á **filha** aquelle **tratamento**; que a 4.^a testemunha, mulher da anterior, disséra a fl. 143, que o Gomes **tratava** a Auctora por **filha**, tanto **deante d'ella** testemunha como de **quem quer que fosse**».

Adeante, a fl. 147 verso e 148, explicou esta testemunha, satisfatoriamente, a apparente e incidental divergencia, dizendo:—«que o Gomes nunca se **occultava** de dar á Auctora o **tratamento de filha**, senão na presença das **raparigas**, a quem pretendia cortejar ou namorar e que, algumas vezes, lhe diziam:—o **sr. tem uma filha**»...

E, como estas, outras póchas, adduzidas muito á **sobreposse** e trahindo uma consciencia integra e um espirito lucido, avergados ao peso da verdade.

Não póde pois duvidar-se de que a Auctora—tanto na sua **infancia**, como depois de **moça** e, designadamente, desde que voltou á terra da sua naturalidade, d'onde esteve ausente durante annos—sempre fora **recebida, tratada e reconhecida** pelo fallecido Gomes, como **filha**.

V I

Sobe de ponto este **reconhecimento tacito**, pelo que respeita á **reputação e tratamento**, pelo **publico**, da Auctora como **filha** do Gomes.

A este respeito limitou-se S. E.^a a dizer que julgava desnecessaria a apreciação da prova testemunhal n'esta parte, em face do que ficava exposto!...

Tambem que outra coisa havia a dizer, se, ahi, todas as testemunhas são **contestes** em dizer que é **publico e notorio**, sem **voz em contrario**, que a Auctora é **filha** de Antonio José Gomes e que nunca lhe foi attribuido **outro pae** (vide fl. 95, 110 e verso, 127 e verso, 146 e verso 169, 178, 188 e verso e 194?...).

E, se até as proprias testemunhas dos Réus Appellantes confirmaram isto mesmo, como se vê a fl. 218 verso, 221, 253, 265 verso, 290 verso, 293 e 295!...

Adeante, pois, que, tambem não vale a pena perdermos tempo e fatigarmos o tribunal, com mais considerações a este respeito.

V I I

Acêrca da prova da **filiação**, argumenta-se com o **procedimento** da mãe da Auctora, **antes** de vir

para a companhia do Gomes, e explora-se as declarações de umas testemunhas **suspeitissimas**, quando al não fosse, pela infamia dos seus depoimentos, e com as quaes testemunhas se inculca feita a prova de que a mãe da Auctora tivéra relações com outros homens, mesmo durante o tempo em que estivera com o Gomes.

São ellas a 3.^a e a 7.^a testemunhas dos Reus Appellantes.

A 1.^a foi **contradictada**; — a 2.^a é manifestamente **inverosimil**, porque — sendo visinho da cidade de Vianna do Castello — não sabe indicar a **casa**, nem a **rua**, em que consuminára, segundo diz, o acto, **trahindo**, assim, o seu *amigo* Gomes, e porque manifestou **animosidade** contra a mãe da Auctora, asseverando, falsamente — como observou o mui douto juiz recorrido, a fl. 361 verso — que o Gomes a increpáva de **pouco zelosa**, no tocante aos interesses domesticos, quando a verdade é achar-se provado, até por declarações das proprias testemunhas dos Appellantes, que o Gomes dizia que ella era «**muito trabalhadora** e que lhe **ajudara a ganhar muito dinheiro**».

Para não fatigarmos os doutos julgadores e para não alongarmos, escusadamente, este trabalho, chamamos a attenção de S. Ex.^{as} para a apreciação d'estes deploraveis e vergonhosos depoimentos, **feita na allegação** perante a 1.^a instancia, a fl. 327 e 328 e 330 e verso.

Ainda que essas imaginarias **relações** fossem um **facto**, a **epocha**, em que as alludidas testemunhas dizem tel-as tido com a mãe da Auctora não coincide com a **concepção** d'esta, como o ponderou o douto juiz recorrido a fl. 360 verso e 361, nem as mesmas testemunhas ousaram dizer que a mãe da Auctora apparecesse **gravida** por esse tempo

ou que lhes **attribuísse**, jámais, a **paternidade** de qualquer filho.

A mãe da Auctora por accidentes da vida, pouca idade, falta de direcção e amparo, teve — é certo — um comportamento algum tanto irregular **antes** de vir para a **companhia** do Gomes; mas, depois, guardou lhe sempre inteira **fidelidade**, sendo por elle muito **zelada**, e tanto que a não deixava **sahir** de **casa**, senão poucas vezes e sob a sua immediata inspecção, como ahi o declararam **amigos**, **visinhos** e **serviçaes** do finado Gomes, conhecedores do seu **viver intimo**, quasi testemunhas **de visu** (vide fl. 90 e verso, 92 e verso, 95, 97, 98, 99 verso, 115 verso, 117, 128, 134, 152, 153, 175 verso, 189 verso, 190 e 194).

Os proprios Appellantes **confessaram** a existencia d'essas **relações** no art.º 2.º da contestação; e as suas testemunhas, d'elles, tambem não puderam deixar de reconhecer esse **facto**, como se vê a fl. 217 verso, 218, 219, 222 verso, 234 verso, 235, 237 e verso, 238 e verso, 251, 252, 255, 263, 264, 265 verso, 266, 281 verso e 295.

¿ Pois o Gomes — que foi um grande e um honesto trabalhador e, portanto, um **homem brioso** — seria capaz de **transigir** com o **procedimento** da sua **amante**, da **administradôra** da sua casa, da mulher que lhe **ajudára** a ganhar **muito dinheiro**, como elle proprio declarou á testemunha dos Appellantes que depôz a fl. 207, se esse **procedimento** fosse **menos correcto**?...

Ainda que pudesse pôr-se-lhe em duvida a questão de **brios** e **sentimentos**, um homem que é um **grande trabalhador** e que faz, só pelo seu trabalho, uma fortuna de algumas dezenas de contos, não tem, tambem, na sua **intimidade**, nem entrega a sua **economia domestica**, a uma mulher, ca-

paz das **infedilidades**, que ahi vieram arguir, infame e torpemente, á mãe da Auctora.

Nenhuma duvida tinha elle de que a Auctora era sua **filha**, assim como nunca a teve de que era seu **filho** um outro já fallecido, a quem pagou as **creações** e, depois, o **funeral**, como depozeram as testemunhas de fl. 110, 116, 134 e verso, 152, 175 e 190.

Se com elle entrassem essas suspeitas, depois que a mãe da Auctora sahiu de casa para a **crear** a seus **peitos**, como tinha protestado depois da morte do 1.º **filho**, que teve do Gomes, — e continuaria este, como continuou, a **frequentar-lhe** a casa, a fornecel-a de **cereaes** e **generos** para o **negocio** e a ter com ella, emfim, as **mesmas relações**, que tivera durante annos, chegando a mandar-lhe **pedir que voltasse para a sua companhia** como, com perfeito conhecimento de causa, o declararam as testemunhas, que depozeram a fl. 91 verso, 97 verso, 116 verso, 135, 146 e verso, 152 verso e 190 verso?...

Assim como a mãe da Auctora é, agora, uma **esposa honesta**, — como o declarou, inclusivé, a 3.ª testemunha dos Appellantes, a fl. 236 — não era natural que ella fosse tambem **honesto**, quando vivia com o Gomes, fazendo verdadeira **vida de casados**, na esperanza de legitimar, tão promettedôra união? ..

Sem duvida.

VIII

Na questão de **moralidade** nem, já, agora, vale a pena tocar.

O nosso Codigo não se prendeu a essas *pié-guices* de uma **falsa moralidade**, que, no fim de contas, se traduz em deixar **impune** o auctor do facto censuravel e punir o **fructo innocente** d'essas **uniões illegitimas**, que, por tal fórma, assim se facilitam.

... Aquelle, que disponha, livremente, dos seus bens ou que durma tranquillo, na certeza de que, quando venha a fallecer **abintestato**, a sua herança irá para os seus **collateraes**, com prejuizo do filho —o seu sangue— a quem dera o ser!...

Outra foi a orientação do nosso legisladôr e é, ainda, a que está na mente dos nossos actuaes homens publicos, que, ha pouco, propozeram a isenção do imposto de **sello** para as **perfilhações** e **legitimações**, com fundamento na conveniência social de facilitar a constituição da familia.

Effectivamente, **responsabilisem-se** pela consequencia dos seus actos os que vivem n'essas **relações illegitimas**, e ver-se-á como ellas tendem a diminuir, passando a familia a constituir-se sobre as bases solidas do **matrimonio**.

*
* *

Pomos por aqui termo ao nosso trabalho.

Muito longe poderíamos ir, ainda, com as nossas considerações; mas julgamol-o desnecessario, porque a **justiça** da causa da Auctora é tal, que resalta e se impõe, sem necessidade de encarecimentos, a todo o espirito, despreoccupado, como o dos illustres julgadores.

Offerecendo, pois, o mais favoravel dos autos, dando, aqui, designadamente, como reproduzida a **allegação** perante a primeira instancia a fl. 302 e pedindo o douto supprimento do venerando tribunal *ad quem* para a insufficiencia d'estas razões, fica a Appellada esperando, serena e confiadamente, a **confirmação** da sentença recorrida, como um acto de imprescindivel

JUSTIÇA E, ATÉ, DE MORALIDADE.

7 de maio de 1902.

Luiz José de Abreu do Gouto de Amorim Novaes.

IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS
OPPOSTOS AO VENERANDO ACCORDAM QUE
NEGOU PROVIMENTO À APPELLAÇÃO

Salvo o devido respeito, os Embargantes não podem aspirar a que os seus **embargos** lhe sejam capitulados de mais que um simples **palliativo**, um mero expediente de irem **ganhando tempo** e á sombra do qual vão protraíndo a obrigação, em que se acham constituídos, de **dar contas**, a quem devem, da herança, que indevidamente estão fruindo.

Não offerecem elles **materia nova**.

Tudo que ahi se allegou já foi — vá dito com respeitosa venia — ampla e sobejamente refutado nos autos e proficientemente apreciado nas doudas **tenções vencedôras**.

Está ahi assente — por uma e outra **parte** e pelos mui doutos julgadores — que, em **acções** d'esta ordem, é indispensavel a conjuncção dos **tres requisitos**, que a lei assignala, como característicos da **posse de estado**, ou seja: — ser o **filho reputado** e **tratado** como tal

pelo pretenso **pae**,
pela **familia d'este** e
pelo **publico**.

Mas essa prova fez-se,
pelo que respeita a tal **reputação** e **tratamento** por parte do **pae**, por uma fôrma de todo o ponto convincente;

pelo que respeita á **familia** do mesmo, por uma fôrma, tambem, tão satisfactoria e completa, quanto **possivel**, n'um caso de **investigação de paternidade illegitima**; e

pelo que respeita ao **publico**, pela fôrma mais cabal e perfeita, sendo contestes todas as testemunhas em dizer que não havia, no **publico**, **voz em contrario** a tal respeito — affirmativa, que algumas testemunhas dos Embargantes só **negativamente** contestaram, sendo, porém, abertamente **confirmada** por outros, como se vê a fl. 218 verso, 221, 253, 265 verso, 290, 293 e 295.

E, sendo assim, inevitavel era a declaração da **procedencia** da acção e a **confirmação** da **sentença appellada**.

I

Por parte dos Embargantes argumentou-se:— «que o **tratamento**, dado pelo Gomes á pretensa **filha** e pela **familia** d'elle, devia ser **constante**».

A Embargada objectou-lhes:

a) que na **lei** não está tal **exigencia**;

b) que, assim—comquanto se esteja n'um **caso de excepção**—não se pode retirar ao **favôr**, que essa **lei** concede, todas as condições de **viabilidade**, por fôrma a **annullal-o** por completo, interpretando a **lei**, para attingir esse fim, com **aggravamento** da sua **lettra**, ou seja **ampliando-a** com uma **restricção**, que ella não contem nem consente, por ter sido propositalmente **eliminada**, quando, dos artigos 320 e 321 do **Codigo Civil Francez**, foram transportadas para o nosso as disposições dos artigos 114 e 115, referentes á prova da filiação, pela **posse de estado**;

c) que as leis se devem entender, sempre, pela fôrma mais racional, possivel e equitativa ou seja em «**termos habeis**», segundo a licção constante dos grandes mestres;—e consequentemente,

d) que o requisito do *tractatus* se deve ter como provado, logo que se ache constatada a sua **notoriedade**, resultante — não já da pratica d'um **só acto**—mas d'uma **serie d'elles**, posto que **interrompida**.

As doudas **tenções vencedoras** deram razão á Embargada; e parece que algo influíram nos Embargantes, que, agora, apenas exigem «que essa **reputação e tratamento** revistam um certo caracter de **frequencia e publicidade**».

II

Pelo que diz respeito ao **pae** da Embargada, os seus **cuidados, carinhos e interesse** por ella foram **constantes** até aos **cinco annos** da sua idade.

Depois, a Embargada **ausentou-se** da terra, indo para a praia do **Molêdo**, nas proximidades de Caminha, onde esteve uns 7 annos, em companhia de pessoas da familia da **mãe**, e esta havia-se, tambem, **casado** com o individuo, que o fallecido Gomes nunca vira com bons olhos.

Pois—apesar d'essa larga **ausencia** e da **indisposição**, que, no Gomes, produziu esse **casamento** contra a **mãe** da Embargada e, designadamente, contra o actual marido d'ella — elle, sempre que encontrava a Embargada, lhe dava a **benção** e algum **dinheiro** para **prendas**; subsidion-a, no regresso, com **cem reis diarios**, quando ella foi residir na casa e companhia da **madrinha** Bernardina da Conceição, e **tratava-a** por **filha** em qualquer **parte** que fosse; e chegou a interessar-se tanto pelo seu **casamento** com o **sobrinho** Manoel Gomes, que terminou por se **indispôr** com este, quando soube que o não realisava (vide **testimunhas** a fl. 94, 109 verso, 126 e verso, 127, 144 e verso e 149, 155 e verso, 156, 167 e 171 verso, 168 verso, 169, 173, 177 verso e 178 e 192 verso).

Não se pode exigir mais, tanto á face da **lei**, como fica ponderado, como até por materialmente **impossível**, dada a **ausencia** da Embargada para a praia do **Molêdo**, sita a distancia maior, talvez, de 15 kilometros.

Exigir que elle a continuasse a tratar, para lá, por **filha**, só... ao **telephone**.

III

Rigorosamente, á face do art.º 115 do Código Civil, a **posse de estado** póde reputar-se **adquirida** desde que se torne **notorio** um **unico facto**, demonstrativo da **reputação e tratamento** ahi exigidos; e—uma vez **adquirida** essa **posse de estado**, ou seja uma vez feito, por tal fórmula, o **reconhecimento da filiação**—jamais o perderá o interessado em vindical-o.

E', em todo o caso, admissivel—e mais razoavel até—a **exigencia** de que se faça **próva da repetição** d'esses **factos**, mas não da **continuidade** d'elles; porque a **lei** não a **exige**—como ponderado fica—inclusivé para a **prova da filiação legitima**, sob cuja **epigraphe** se acha inscripto o citado artigo 115 do Código Civil.

Até aqui, podemos acompanhar os Embar-gantes.

...Com o que, de modo algum, nos podemos conformar é com a pretendida adaptação á especie da «**posse de estado** para os effeitos da **prova da filiação**» dos requisitos da «**posse** para os effeitos da **prescrição**», estabelecidos no art.º 517 do Código Civil.

Aqui, regula o Código a **posse**, que leva á **acqui-sição de coisas ou direitos**, ou á **extincção de obriga-ções** (art.º 505).

Essa **posse** é essencialmente **objectiva**, porque consiste na **retenção material** da **coisa**, ou na **fruição** d'ella ou de qualquer **direito**, com **percepção** de to-

dos os **fructos naturaes**, **industriaes** e **civis** da mesma coisa e **exercício continuo**, ou com **possibilidade** de se **continuar**, do **direito** fruido, como nos casos da **servidão**, do **uso**, etc (Codigo, Civil art.º 474 e § 2.º, 2:254, 2:272, 2:287, 2:289, 2:309 etc.)

Ao passo que a **posse de estado** consiste, apenas, no **reconhecimento** da **filiação**, que o **pretenso filho** se attribuiria e é regida pela **disposição especial** do art.º 115, que — diga-se a verdade — pouco se compadece com as condições de excepcional desvantagem, em que ordinariamente se encontram os **filhos illegítimos**, não podendo, de modo algum, ser capitulada de favorecedôra das suas intenções.

Se as **disposições genericas**, respeitantes á «**posse**, como **meio de adquirir**», fossem applicaveis á «**posse de estado**, como **meio de prova da filiação**», desnecessario seria perder tempo:—

com a **próva da posse de estado**, por meio de **testemunhas**, porque, em tal hypothese, deveria existir, simultaneamente, o respectivo **título** e até **registo**; e, inclusivé,

com esta **acção**, porque os interessados teriam á sua mão todos os meios de **conservar** e de obter a **restituição** d'essa **posse** e de tornar effectivo o **direito de prescrição**, a que ella conduziria, como foi ponderado pelo Ex.^{mo} Dezembargador Furtado Dantas.

...Mas ninguem, até hoje, se lembrou de applicar essas disposições do nosso **direito civil** e **processal á posse de estado**!...

Esta, ao contrario d'isso, gera um verdadeiro **reconhecimento**, que não se perde nem por um **capricho** do **pae**, nem pelas **machinações** dos interessados, nem por qualquer **circumstancia accídental**, como a **residencia a distancia**, precisamente pela mesma razão que o **reconhecimento escripto da filia-**

ção, uma vez feito, embora em **titulo revogavel**, não se invalida, ainda que o mesmo **titulo revogado** venha a ser (Vide sr. conselheiro Dias Ferreira, volume 5.º do seu **Commentario** ao **Cod. Civ.**, pág. 265 e **Annaes do Notariado**, 1.º vol., pag. 85).

O proprio **Demolombe** — cuja intransigencia sobre a materia, já accentuada e explicada na **Allegação** perante a primeira instancia, corre parêllas com a do **Codigo**, de que foi auctorizado commentador—se expressou, frisantemente, a este respeito nos seguintes termos: — «*La reconnaissance, une fois faite, est désormais irrévocable; ce n'est point une offre, ce n'est point une libéralité, qui ait besoin d'être acceptée et qu'on puisse jusque-là retirer et reprendre; c'est une déclaration, pure et absolue, que la loi, qui l'autorise, accepte pour ainsi dire elle-même, au nom de l'enfant et de la société et qui ne peut être rétractée...*» (**Traité de la paternité et de la filiation**, pag. 456).

Dados, pois, tal **tratamento** e **demonstrações** de carinho, interesse e amor paternal e feito, assim, pelo **pretensio pae**, o espontaneo **reconhecimento**, que d'esses seus actos se induz, o **filho adquiriu**, inauferivelmente:

—a **posse de estado**, ou seja um dos **meios**, que a **lei** lhe faculta para **provar** a sua **filiação** e que nada tem de commum—tanto pelos **fins** a que visa, como pelos **meios** de a tornar effectiva—com

—o **acto individual** do **possuidôr**, que, pela **retenção material** da **cousa** ou pela **fruição de direitos**, se propõem a chegar, por via da **prescrição positiva**, a **acquisição** d'essa **cousa** ou d'esses **direitos**, ou mesmo á **extincção** das **obrigações**, que lhe não sejam exigidas, pelo espaço de tempo preciso, para se consummar a **prescrição negativa** (**Codigo Civil**, art.ºs 505, § un. e 535).

I V

Com referencia ao **tratamento** dado pela **família** do fallecido Gomes, acha-se provado:—que tanto os Embargantes Francisco de Salles Gomes e irmã Angelica Clementina Gomes, como um **filho** do Embargante Luiz Gomes, de nome Manoel e, ainda, a já fallecida irmã Maria Rosa Gomes, **reputavam e tratavam** a Embargada como **sobrinha**, recebendo e trocando com ella **demonstrações inequívocas** do seu **parentesco** (vide fl. 126, 145, 149 verso, 167 verso, 168, 172 verso, 177, 193 verso).

E nóte-se:

que o Francisco de Salles Gomes **não vivia** com o finado Antonio José Gomes e não lhe **frequentava a casa amiudadamente**; e

que os demais Embargantes — á excepção da Angelica Gomes — **tratavam muito pouco** com o fallecido irmão, vendo-o, apenas, **raramente** e só por occasião das **feiras**, quando a ellas vinham, pois moravam fóra da cidade e em freguezias, diversas e distantes, como consta dos autos, inclusivé da **procuração** junta a fl., outorgada pelos Embargantes.

O Manoel Gomes, **primo** da Embargada, com quem ella teve ajustado o **casamento**, tratava-a, como tal, em **público** e era por este considerada como **parenta**, chegando o *mulherio* a observar-lhes, quando os via a conversar: — «*olhae que é preciso dispensa*»; e o fallecido Gomes declarava que elles eram **primos** e que não podiam casar sem essa formalidade (vide fl. 177 verso e 178, 187 verso e 188 e 194 verso).

A fallecida Maria Rosa Gomes e a Embargante Angelica Gomes sempre a **trataram e reconheceram** como **sobrinha**, asseverando, até, que ella se parecia muito com seu finado irmão Antonio José Gomes (vide fl. 98 verso, 145 verso, 154 verso, 167 e verso, 191 verso e 192).

Exigir mais do que isto é pretender o **absurdo**. N'um caso de **filiação illegitima**, parece-nos, até, que é o mais que humanamente se podia fazer; porque os parentes de qualquer **solteirão** com fortuna, com as vistas de longe postas na sua herança, são os principaes interessados em esquivar-se a dar qualquer **demonstração**, que não já a fazer **reconhecimento**, das suas relações de **parentesco** com um **filho natural** d'aquelle, cuja herança, ávida e anciadamente, esperam, quando... não tratam, tambem, de a arrepanhar por meios, sempre **incorrectos** e tantas vezes **puniveis**.

Isto é o que é vulgar, o que infelizmente é natural e humano, o que está ahi na mente de todos, como o reconheceram as doudas **tenções vencedoras**.

V

Diz-se ainda: — «Mas essas pessoas, sós, não constituíam a **familia** do finado Antonio José Gomes».

Ácêrca da accepção, em que se deve tomar a palavra **familia**, empregada no art.º 115, pronunciaram-se as doudas **tenções vencedôras**, pela doutrina, que a Embargada sempre tem sustentado e que foi sancionada pela veneranda **sentença appellada**.

Seria, realmente, **absurdo** exigir — com fundamento no precitado artigo — a **próva** d'esse **tratamento**, dado por **todos** os **membros**, que constituam a **familia** do pretenso **pae**, tenham, ou não, elles relações com este ou com o **filho**, possam ou não tel-as, como acontece com os que residem a distancia e que não conheçam tanto o **pae**, como o **filho**, ou qualquer d'elles.

A lei não supporta uma **interpretação**, que leve a estes **absurdos** e **impossiveis**.

No caso que nos occupa, valeria o mesmo que **conceder** e, implicitamente, **negar** o beneficio.

E esta não foi, seguramente, a **mente do legislador**, «que soube produzir um dos melhores **Codigos da nossa epocha**», no dizer auctorisado e insuspeito d'um illustre publicista estrangeiro.

N'esta ordem de ideas, leem-se sobre a materia, em um dos ultimos numeros do nosso primeiro jornal juridico, **Revista de Legislação e Jurisprudencia**, 35 an., pag. 24, os seguintes e frisantissimos periodos :

«Em **direito romano**, esta palavra (*familia*) comprehendia todas as pessoas, ligadas pelo vinculo do parentesco, proveniente de um tronco commum, ainda que vivessem separadamente; e **Goelho da Rocha** diz que entre nós, *familia*, é a reunião de pessoas, que habitam conjunctamente e em economia commum e que ordinariamente se compõem dos **conjuges**, dos **paes**, dos **filhos** e dos **creados**.»

«Parece-nos, porém, que em nenhum d'estes sentidos é tomada a palavra *familia* no art.º 115.»

«No do **direito romano** não pode ser, já por se não coadunar com a nossa organização da *familia*, já porque seria necessario, em uma **acção de investigação de paternidade illegitima**, fazer a **arvore genealogica** de todos os parentes do pretenso pae, até ao tronco commum e **provar** este **parentesco** e que **todas** as pessoas, comprehendidas n'aquella arvore, tinham **reputado e tratado** o auctor por filho do pretenso pae, o que equivaleria a **tornar impossivel** a procedencia das acções d'esta especie».

«No sentido, que lhe attribue **Coelho da Rocha**, tambem nos parece que não foi tomada a palavra *familia* no art.º 115, porque ficaria esta reduzida ás pessoas que habitam conjunctamente e em commum com o pretenso pae, isto é ao seu **conjuge** e aos **filhos**, quando os houvesse, e aos **creados**, que todavia nenhum **interesse** teriam na prova ou impugnação da **paternidade**; e o legislador não podia ter em consideração, nas **acções de investigação de paternidade illegitima**, uma *familia*, tão restricta e incerta».

«Opinamos, pois, que o art.º 115, na palavra *familia*, comprehende os **parentes** de **grau mais proximo** e **ligados** ao pretenso pae pela **successão** e a quem commette varias funcções, relativamente á familia d'este, taes como a de serem membros do **conselho de familia** de menores (Codigo Civil, artigo 207), **membros** d'este **concelho** nas causas de **separação** de pessoa e bens dos conjuges (art.º 1206), **tutores legitimos** dos mesmos menores (art.º 200) etc.

«Tomada a palavra *familia* n'este sentido, deverá, em uma *acção* de *investigação* de *paternidade illegitima*, allegar-se e provar-se quaes os *parentes* de *maior proximidade* do pretenso pae e que por estes o auctor tem sido *reputado* e *tratado* por *filho*».

«Não nos parece, porém, *essencial provar que todos os parentes e muito menos os interessados na acção*, tenham assim *reputado* e *tratado* o auctor, porque — como diz o snr. conselheiro Eduardo de Serpa, na segunda tenção do Accordam da Relação de Lisboa de 22 de julho de 1899—na maioria dos casos, são sempre os *parentes* os *ultimos* a acceitar para a *familia* quem possa disputar-lhes a herança, a que se consideram com direito, ou de que mantêm a expectativa; além de que exigir a *unanimidade* dos *parentes* daria em resultado o *absurdo*—como se exprime o Accordam do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de janeiro de 1885 — de *não haver nunca filiação possível*, pelo choque de *interesses*, que ordinariamente se dão entre os membros da mesma familia, que obrigará alguns a *negarem* o que os outros *reconhecessem*.»

F' tudo quanto póde haver de mais bem pensado e ajustado ao caso, que nos occupa.

Nem melhor, nem mais doutamente, saberiamos dizel-o.

Ahi ficam, pois, esses eloquentes trechos da nossa, mais justamente considerada, **Revista Jurídica**, a confirmar a doutrina da sentença appellada, que as doudas **tenções vencedôras** adoptaram.

VI

No caso que nos occupa—tanto com referencia á **reputação**, que consiste na persuasão intima do **parentesco**, como relativamente ao **tratamento**, que consiste nas **relações externas**, reveladoras d'esses **vínculos** de **sangue**—não pode exigir-se mais, attendendo :—

a que só a Embargante Angelica Gomes e sua finada irmã viveram com o irmão Antonio José Gomes, e

a que nem o Manoel Gomes, **primo** da Embargada, nem seu **tio** o Embargante Francisco de Salles Gomes, viveram com aquelle, sendo, até, certo que pouco lhe frequentavam a casa.

E essas **demonstrações** ou **tratamento** foram dadas á Embargada:

constantemente durante os cinco primeiros annos da sua idade e, posteriormente,

desde que ella regressou do **Molêdo**, tendo então 12 annos de idade e, inclusivé, **depois da morte** do Gomes.

Mas a verdade é que **todos** os Embargantes reconheciam e tinham a Embargada como **sobrinha** e — comquanto não a reconhecessem como **herdeira**, por não estar **perfilhada** — pensaram, até, em **dar-lhe alguma coisa da herança**, como o declarou o proprio Embargante Francisco de Salles, na loja do negociante Araujo (vide fl. 167 verso e 168 e 177 e 193 e verso).

VII

A' cerca do **bom comportamento** da mãe da Embargada, durante o tempo em que ella teve **relações** com o Gomes e, designadamente no correspondente á **gestação** d'esta, não póde haver a menor duvida, tanto á face do **depoimento** das **testimunhas** d'ella, como do das proprias dos Embargantes; porque — se duas houve, que vieram fazer alarde de **torpezas**, que não praticaram, e em que não podem ser acreditadas — declararam, todavia, que isso se dera **tres a quatro** annos antes (vide fl. 236 verso e 237 a fl. 281 e verso).

Mas, em contraposição, as **testimunhas** da Embargada declararam:

«Que o finado Gomes tivéra d'ella, anteriormente, um **outro filho**, que sempre considerára e tratara como seu, pagando-lhe as **criações** e, depois, o **funeral**»;

«que sempre viveram elles como **casados**, sendo ella uma perfeita **mulher de casa**, que dirigia e administrava com todo o interesse, cooperando para os seus augmentos»;

«que eram **constadas e notorias** essas **relações** e que o Gomes a **zelara** sempre muito, não a deixando **sahir** de **casa**, senão raras vezes e sob a sua inspecção»;

«que ella fôra, sempre, da maior **fidelidade** para com o Gomes, enquanto esteve na companhia d'elle, e nem este — um homem muito **brioso** — era capaz de **transigir** com as **infidelidades**, que agora se attribuem á mãe da Embargada»; e

«que, enfim, o Gomes — ainda depois de ella lhe sahir de casa para crear a seus **peitos** a **filha** — continuou a frequental-a, mandando-lhe **gallinhas por ocasião do parto**, fornecendo-a de **generos** e **cereaes** para a **padaria**, que lhe montara e mantendo, em summa, com ella as antigas **relações**, ainda durante alguns annos (vide testemunhas de fl. 90 e verso 91 verso, 95, 97 e verso, 98, 99 verso, 115 verso, 116 e verso, 128, 134, 135, 146 e verso, 152 e verso, 153, 175 verso, 189 verso, 190 e verso e 194).

E essas **testemunhas** da Embargada eram **visinhos, amigos e antigos serviçaes** do Gomes, que, na intimidade, surprehenderam essas **relações de co-habitação** e reciprocas **manifestações de interesse** e affectuoso **tratamento** entre este e a mãe d'aquella, e que, portanto, **de visú** e com perfeito conhecimento de causa, vieram fazer taes **affirmações**, que, em parte, são corroboradas pela **confissão**, feita pelos Embargantes no art.º 4.º da **contestação** e que excluem toda a idea de que no espirito do Gomes pairásse a menor sombra de duvida, com referencia á **fidelidade** da mãe e, consequentemente, á **paternidade** da filha.

A 3.ª testemunha (aliás **contradictada** a fl.) e a 7.ª dos Embargantes — além de **indignas** de credito em suas declarações — são inefficazes para a defesa,

pela **acrimonia**, com que deposeram;
pela **desfaçatez** e **torpeza** das suas declarações, pondo a descoberto um escandaloso **favoritismo** para os Embargantes;

pela **contradição**, em que se collocaram, inclusive, com algumas testemunhas dos Embargantes (vide depoimento de fl. 279 e verso e combine-se com os de fl. 217 e 222); e, determinadamente, porque se referiram — como prenotado fica — a factos (?), que disseram passados **tres a quatro** annos antes da **concepção** da Embargada, acrescentando «que a **mãe** d'esta, n'essa occasião, não **andava grávida**, nem lhes constou que **apparecesse** em tal **estado**, nem jámais **lhes attribuir a paternidade** de qualquer **filho**».

Não o foi, mas poderia ter sido, ate, uma **mulher publica**; que — dadas as relações, constantes e fieis, que depois, teve com o Gomes, constata-das, sobejamente e insuspeitamente e, mais do que isso, garantidas pelos conhecidos **brios** d'aquelle honesto e activo **homem de trabalho** — não seria licita a duvida ácerca da **filiação** da Embargada — a resultante, mais natural d'essa **cohabitação** — attestada e impressa, até, indelevelmente, nas **feições** d'ella, cujas **semelhanças phisionomicas** com o pae são taes e tantas, que todos a dizem o «**fiel retrato d'elle**» (vide testemunhas a fl. 127 e verso, 178 e 194).

VIII

Em verdadeira desespero de causa, tentaram ainda os Embargantes tirar partido da **escriptura** de **cessão de direito e acção**, que juntaram com os seus embargos, pretendendo, á face d'ella, afeiar a **situação moral** da Embargada n'esta causa.

Não o conseguirão, por certo.

A Embargada—devendo tudo o que ahi se tem feito, para a **vindicação** dos seus **direitos**, aos infini-

tos sacrificios de sua **mãe** e **padrasto**, uns modestos **operarios**, que vivem exclusivamente do seu **trabalho**—com o fazer-lhes essa **cessão de direito e acção**, nos termos constantes da alludida **escriptura** ou seja com **reserva** de uma **quinta parte** é obrigação de **tratamento e sustentação** na **saude** e na **doença**, procedeu simplesmente, como era de seu **dever** e como, ineluctavelmente, lhe impunham a **consciencia** e todos os **sentimentos affectivos** e de muita **dedicação e reconhecimento**, que lhe merecem os **cessionarios**.

Demais, ella — além de ficar com o direito a uma **quinta parte** da **herança** do pae e com **alimentação e tratamento** garantidos — irá ainda **quinhoar**, á morte da **mãe**, no que esta deixar de tal proveniencia, e terá, assim, offerecido, tambem, a seus irmãos, **filhos legitimos** d'aquella, a **compensação** devida pelas relativamente avultadas despesas, que—com especialidade até á data, em que a Embargada obteve a **assistencia judiciaria**—a mesma sua **mãe** e **padrasto** fizeram, com todo o **desinteresse** e sem a menor expectativa de **recompensa**, exclusivamente em proveito d'ella Embargada.

Immoral seria toda e qualquer **transacção**, que, com outrem, ella fizesse, como a que—illudidamente e com frivolas promessas, segundo consta dos autos—já tentaram induzil-a a fazer...

IX

Na **evolução** sempre progressiva do **Direito**, está-se accentuando, cá e lá fóra, uma grande corrente de sympathias para os **filhos illegitimos** — esses **desherdados sociaes**, que até agora teem soffrido, iniquamente, o estygma aviltante e as responsabilidades, mais duras e crueis, d'uma **falta**, que lhes não pertence.

Ainda ha pouco, em França, os illustres publicistas **Paul Lagrange** e **Jacques de Novvion**, n'um douto e brilhantissimo artigo, publicado em «**La Revue**», intitulado—«**Justice pour les enfants naturels**»—pediram a revisão do seu Código e a refórma das doutrinas n'elle contidas, com referencia aos **filhos illegitimos** e, determinadamente, no tocante á **fórma dos reconhecimentos** e dos **registos dos nascimentos** e á sua **equiparação** aos **filhos legitimos**, concluindo—depois de terem apresentado as **bases essenciaes**, sobre que a **refórma** deveria assentar—por estes eloquentes periodos:

«Ces *modifications* rétabliraient, un pen, l'equilibre entre la *situation sociale* ou *materielle* des enfants *légitimes* et des enfants *naturels*».

«Ceux-ci sont des êtres humains comme ceux-là, et ils ont droit á une place au soleil».

«Nous la réclamons pour eux».

«Les réformes, que «**La Revue**» voudrait faire adopter, ne porteraient aucun prejudice á la *morale*, aucun préjudice á la *société*, aucun préjudice au *citoyen*, pris individuellement».

«Elles s'adaptent, au contraire, aux nécessités d'une *morale*, plus large et mieux comprise, et détruiraient des *iniquités*, que le pays de la Révolution ne doit point tolérer».

«Ce sont des *mesures conservatrices*, que le bon sens et la prévoyance doivent dicter á l' *humanité*; et—puisque nous pouvons encore nous targuer de cultiver les *traditions*—accomplissons ces *réformes*, qui vont á l'encontre du *régime communiste*, ou nous acheminent, chaque jour, les *révoltes* d' *impatience* des *méconnus* et des *déshérités*».

«Ce siècle se doit de produire le *législateur*, qui attachera son nom au relèvement des *enfants naturels*».

Entre nós—como já tivemos occasião de notar n'estes autos—vae sendo, tambem, esta a **orientação** dos nossos homens publicos.

Hajam vista:—a **isenção** do imposto de **sello**, no intuito de favorecer as **perfilhações**; o **projecto de lei**, actualmente em discussão no parlamento, e a **jurisprudencia** d'este venerando tribunal e a do Supremo Tribunal de Justiça, ultimamente revolucionada pelo accordam de 17 de março passado, reconhecendo aos **netos perfilhados** o direito de suc-

cederem aos **avós**, cimentado no velho principio de direito — *jus succedendi inter ascendentes et descendentes est reciprocum* — **maxima fundamental** em materia de **successão legitima**, admittida e proclamada por todos os jurisconsultos (Vide Revista de Legislação e Jurisprudencia, 36 an., pag. 85; — Zachariæ, Droit Civ. Francois, vol. 2, pag. 268, e Goyena, Concordancias, Motivos y Comentarios del Codigo Civ. Espanhol, vol. 1.º, pag. 339).

Esta é—áparte o nosso muito respeito por toda a opinião em contrario — a verdadeira **evolução** do **Direito**, na materia que nos occupa ;

—porque rompe de frente com velhas **iniquidades** e **preconceitos** absurdos, expandindo-se em **concessões** justas e dando aberta sanção a **direitos**, originados igualmente da **natureza**, consagrados por todos os elevados **principios** de **humanidade**, de boa **rasão** e de **sã moral**, que não se compadecem com a **injustiça**, nem com a **hypocrisia**; e, até,

—porque, no grave momento que atravessamos, é a mais favoneada pelas indicações, de melhor **senso** e **previsão**, nas **medidas** a tomar, para oppôr ás justas, mas perturbadoras, exigencias dos **revoltados**.

Tudo o que não fôr isto—não será **evolução**:—será obra de **regressão**, condemnavel, perigosa e, mais tarde ou mais cedo, funesta.

*

*

*

A **rejeição**, pois, dos presentes **embargos** impoem-se, como um acto de **inteira legalidade**, de **conveniencia publica**, de **prestigio** para os tribunaes e de **imprescindivel**

JUSTIÇA

E MORALIDADE.

11 de junho de 1903.

Luiz José de Abreu do Couto de Amorim Novaes.

Sentença na primeira instancia

Vistos estes autos:

A auctora Erminda da Graça, solteira, de menor idade ao tempo da propositura da acção, representada por sua mãe illegitima Anna Maria Gonçalves d'Araujo e esta ainda auctorizada (a meu vêr, escusadamente, em vista do disposto no n.º 4 do art.º 1:192 do Cod. Civ.) por seu marido Alexandre Pires de Freitas, d'esta cidade, pretende que os réus Maria José Gomes e marido Domingos Gonçalves Borlido, da freguezia de Perre, Luiz José Gomes e mulher Martha Fernandes Parente, José Antonio Gomes, viuvo, Francisco de Salles Gomes e mulher Antonia Joaquina da Cunha, da freguezia de Santa Martha e Angelica Clementina Gomes, solteira, maior, d'esta cidade, todos d'esta comarca, e ainda quaesquer interessados incertos, que venham a acção, sejam condemnados a reconhecer-a como **unica filha illegitima** successivel em toda a herança do fallecido Antonio José Gomes, padeiro, morador que foi n'esta cidade e, consequentemente, entregar-lhe quaesquer bens da mesma herança, que tenham em seu poder, para o que allega na sua petição de fl. 2 o seguinte:

«Que, em 11 de dezembro de 1898, falleceu n'esta cidade Antonio José Gomes, no estado de solteiro, sem ascendentes ou descendentes legitimos e sem testamento, sendo os réus Maria José Gomes, Luiz José Gomes, José Antonio Gomes, Francisco de Salles Gomes e Angelica Clementina Gomes, os unicos irmãos do fallecido e como taes se tratam de habilitar como seus herdeiros»;

«Que a auctora é **filha illegitima** de Anna Maria Gonçalves d'Araujo, quo como tal se fez declarar no assento do baptismo e, mais tarde e por cautella, a perfilhou por escriptura de 31 de janeiro de 1899»;

«Que a mãe da auctora foi para casa do fallecido Gomes em 1869, na qualidade de criada e, então, travou relações carnaes com ella, que manteve por cerca de 10 annos, durante os quaes ella lhe foi fiel, não tendo fama com qualquer outro homem; que, d'essas relações, nasceu a auctora em 5 de setembro de 1879, sahindo sua mãe da casa do Gomes poucos dias antes do seu nascimento, por causa de divergencias quanto ao modo de criação da auctora, e alguns annos depois, recebendo a mãe proposta de casamento do homem, que hoje é seu marido, com elle contrahiu matrimonio, continuando a auctora a viver em companhia de sua mãe até que chegou á idade de se empregar em serviços domesticos»;

«Que o fallecido Gomes sempre a reputou e tratou como **filha** e assim a reputavam e tratavam os **rêus** e o **publico**, e assim tem a seu favor **posse de estado**, não lhe sendo interdicta a **investigação da paternidade illegítima**, visto que era menor quando falleceu o pretenso pae e ainda na menor idade intentou esta acção»;

«Que o fallecido Gomes não deixou outro algum filho além da auctora, pois que um outro, por nome José, que teve das relações com a mãe da auctora, falleceu em 1875».

Finalmente allega que ella e os réus são os proprios que estão em juizo e partes legitimas na acção.

Para a acção foi tambem citado o Meretissimo Delegado do Procurador Regio, n'esta comarca, na sua dupla qualidade de Agente do Ministerio Publico e de Curador Geral dos Orphãos

Contestaram os réus a fl. 41, allegando:

«Que, durante o tempo em que a mãe da auctora foi creada do fallecido Gomes, se teve relações illicitas com o amo, não eram as unicas que mantinha, pois era publico e notorio que se prostituia com differentes individuos, mau comportamento este que continuou depois que o fallecido a pôz fóra de sua casa e que, se a beneficiou, o não fez como reconhecimento de qualquer obrigação para com ella ou para com os filhos d'ella»;

«Que nunca o fallecido tratou a auctora como filha ou consentiu que ella lhe chamasse pae, nem os réus a consideraram como sobrinha o ulhe permittiram como tios os tratasse, nem no publico era considerada como filha de Antonio José Gomes»;

«Que, durante a vida e depois da morte do Gomes, nunca os réus praticaram qualquer acto ou fizeram qualquer affirmativa, que indicasse o reconhecimento da pretensa paternidade».

Concluem pela improcedencia da accção.

Na réplica a fl. 44 repelle a auctora o mau comportamento, attribuido pelos réus a sua mãe, a qual, diz, foi sempre fiel ao fallecido, durante o tempo que com elle teve relações, e adduz que não foi elle que a poz fóra de sua casa, mas sim ella que sahiu por sua livre vontade e para poder criar a auctora a seus peitos.

A tréplica foi por negação. Instruiu a auctora a accção com as certidões de fl. 8 e fl. 11 e documento de fl. 203; inquiriram-se oito testemunhas por parte d'esta e dez, produzidas pelos réus, desistindo a auctora na acta de fl. 297 verso dos depoimentos dos réus, que havia requerido.

Afinal, tiveram vista as partes e o Ministerio Publico, allegando aquellas de direito.

A auctora e réus são os proprios que estão em juzo, como os autos mostram, e partes legitimas n'este processo; porquanto a auctora menor, devidamente representada por sua mãe illegitima e allegando estar na posse d'estado, é pessoa competente para intentar a **accção de investigação de paternidade illegitima** e pedir a entrega da herança aos réus, na qualidade de irmãos e herdeiros legitimos do pretenso pae, e assim os julgo.

E, como não ha excepções por onde deva comecar o julgamento, nem o processo accuse nullidades insuppriveis, cumpre conhecer do merecimento da accção.

Prova-se pela certidão junta a fl. 9, que a auctora tinha, apenas, completado dezanove annos de idade ao tempo da propositura da acção, o que teve logar em fevereiro de 1899, e, como era menor, embora seja fallecido o pretenso pae (certidão de fl. 8), não lhe era defeza a **acção de investigação de paternidade illegitima**, allegando, como allegou, o achar-se na posse de estado, requisito indispensavel e da prova do qual depende o entrar-se no conhecimento da prova de filiação (cod. civ., art.^{os} 130, n.^o 2 e 133 n.^o 1).

Cumpre, pois, préviamente decidir, se a auctora se achava na **posse de estado**.

Diz o art.^o 115 do cod. civ.: «consistir a **posse de estado** no facto de alguém haver sido reputado e tratado por filho, tanto pelos paes, como pelas familias d'estes e pelo publico».

E' preciso, pois, que se provem, cumulativamente, os **tres requisitos** exigidos na lei.

O Cod. Civ. Port. apartou-se, um pouco, n'este ponto da lei civil franceza, uma das suas mais abundantes fontes, dando mais amplitude ás **acções de investigação de paternidade illegitima**, pois as admite tambem quando o filho tiver a seu favor a **posse de estado**, para provar a qual, a meu ver, parece não ser preciso demonstrar-se que o tratamento, como filho, foi **constante**.

A este respeito, como sobre todos os fundamentos da acção, discutiram, com toda a proficiencia, os doutos patronos das partes nas suas reflexões juridicas, fazendo honra ao fôro portuguez, pela illustração que manifestaram e pela correccão de suas allegações, mostrando assim o respeito, que teem por si proprios e pelos tribunaes.

Inclino-me, porém, á opinião do advogado da auctora; por quanto, no art.^o 115 do Cod. Civ. Portuguez, não se encontra expressa exigencia do **tratamento constante**, sendo certo que, apesar de a commissão revisora discutir esse ponto, senão consignou esse requisito na lettra do art.^o 116 do

do projecto do Cod. Civ., correspondente ao art.º 115 do Cod. vigente.

O sr. Dias Ferreira entende que, assim como na lei civil franceza, o nosso Codigo Civil exige a **posse constante**, circumstancia, que, na sua opinião não foi expressa na lettra do art.º 115 do Cod. Civ.. por inutil, porque a **posse** não se verifica por um ou outro facto isolado, mas pela circumstancia de o filho ser tratado constantemente como tal pelos paes, pelo publico e pela familia dos paes.

Aparto-me, porém, de tão auctorisada opinião, pela razão já exposta e porque a palavra **posse** não tem, n'este caso, a significação, que lhe dá o art.º 474 do Cod. Civ., nem lhe são applicaveis as disposições correlativas.

As palavras **posse** de **estado** não podem separar-se, para o effeito de tirar da significação propria de cada uma d'ellas as illações naturaes; mas constituem uma phrase ou locução, que o uso admittiu para exprimir uma circumstancia ou situação, que o Codigo Civil teve o cuidado de definir e de dizer em que consistia, cumprindo-nos acaatar a disposição da lei tal como está redigida, sem introduzir n'ella mais requisitos, desde que da interpretação litteral não resulte absurdo, como não resulta, nem se demonstre que essa interpretação é contraria ao espirito da lei, como tambem se não demonstra.

Não obstante, intendo tambem que a **posse** de **estado** se não verifica por um ou outro **facto isolado**, pouco caracterisado, sendo preciso que o tratamento de filho seja dado pelos paes, com **certa frequencia** e em demonstrações inequivocas de reconhecimento da sua paternidade; mas, estabelecido esse tratamento e dadas essas demonstrações evidentes de reconhecimento da sua **paternidade**, intendo que, ainda que os **paes** neguem a sua **paternidade**, já o filho **adquiriu** a **posse** de **estado**, que não perde pela **prescrição**, porque a lei não estabelece tal **prescrição** e só prescreve para a

acção de **investigação de paternidade illegítima** pela fórmula indicada no art.º 133 e seus numeros do Código Civil.

E' claro que, no que deixo exposto, presuppõho que esse **tratamento** foi igualmente dado pela **família dos paes** e pelo **publico**, aos quaes tambem torno extensiva a mesma doutrina.

Mas, que significação terá a palavra **família**, empregada no art.º 115, que vimos analisando, que no sentido restricto abrange apenas as pessoas que vivem na mesma casa, debaixo da protecção do **pae de família ou dono da casa**, e que, no sentido mais lato, abrange todos os **parentes e alliados**?...

Se a lei se quiz referir aos **parentes**, decerto não exige que **todos** tenham dispensado aquelle **tratamento**, mas sómente **alguns** e, d'estes, sómente aquelles que se mostrar tiveram ou podiam ter **relações de convivencia** com o inculcado filho, pois seria **absurdo** admittir que a lei exigia esse **tratamento** entre **pessoas** que **não se conhecessem** ou **nunca se tivessem visto**.

E, expostos estes **princípios**, que era preciso estabelecer para me servirem de guia na apreciação da prova, passo a fazer a sua análise.

Affirmam as testemunhas da auctora, a maior parte d'ellas, pelo vêr e presenciar, que o fallecido Gomes dava a esta o tratamento de **filha** sempre que a encontrava e consentia que ella lhe chamasse pae, o que aconteceu, com mais **frequencia**, nos primeiros annos da infancia da auctora, e até que esta foi residir em Molêdo, a distancia do pretensso pae.

Affirma-se, mais, que o fallecido reputava a auctora como **filha**; pois que convidou os **padrinhos** para o seu baptisado; correu com as **despezas** d'este acto; deitava a **benção** á auctora, dava-lhe **dinheiro** e **acarinhava-a**; pagou durante algum tempo **cem reis diarios** ás pessoas, que, a seu pedido, tinham recolhido a auctora em suas casas; deu o **consentimento** para o projectado **casamento**; beneficiava a

mãe da auctora, ainda mesmo depois que sahio da sua companhia e antes de casar com o actual marido; finalmente chegou a fallar com o tabellião Alves sobre o modo de **perfilhar** a auctora.

Alguns d'estes factos constam de depoimentos singulares, mas tendem todos a provar o mesmo assérto, isto é: — que a auctora era **reputada** como **filha** pelo pretenso **pae**.

Dizem mais as testemunhas que os **parentes** do fallecido Gomes, como são o réu Francisco de Salles Gomes, um **filho** d'este, a fallecida **irmã** Maria Rosa e, principalmente, a ré Angelica Clementina Gomes, que vivia com o fallecido, **reputavam** a auctora como **filha** do fallecido e assim a tratavam, sendo que aquelle Francisco de Salles disse á auctora, na loja do negociante Araujo, que lhe **havião** de **dar alguma cousa da herança**. Este ultimo facto é attestado por duas testemunhas presencias, a quinta e a oitava e de ouvida pela sexta, o tabellião Alves; e, não obstante a oitava testemunha se achar em desacordo com aquelle Alves, quanto á circumstancia incidental de estar, ou não, o mesmo Alves presente quando o Francisco de Salles proferiu as palavras que lhe attribuem, é certo, porém, que, no facto principal, são todos tres contestes.

Mostra-se dos autos que os réus são os **parentes** mais proximos do fallecido e que todos, com excepção da ré Angelica, **residem fóra** d'esta cidade, em **freguezias ruraes**, sendo por isso natural que os que viviam **distanciados** da residencia do fallecido e da auctora poucas relações de convivencia tivessem com esta; e, quanto á ré Angelica, dizem as testemunhas, e algumas d'ellas pelo vêr e presenciar, que esta **reputava** a auctora e a **tratava** como **sobrinha**.

Mostra-se, mais, que todas as testemunhas da auctora, menos a setima, por não ser perguntada sobre esse facto, affirmaram que no **publico** a auctora foi sempre **reputada** e **tratada** como **filha** do

fallecido Antonio José Gomes, facto este que é confirmado por algumas das testemunhas dos réus.

As testemunhas dos réus oppõem a **negativa** aos factos affirmados pelas da auctora e referem que o fallecido, contrariando os que lhe attribuiam a paternidade da auctora, dizia «que ella era tanto sua filha que, se fosse para a rua dos Salgueiros (rua onde moram meretrizes), não teria duvida em ter relações com ella» e «que vaccas do monte não teem pae certo».

Pelo documento junto a fl. 203, mostra-se que ninguem veio com impedimentos aos **proclames** para casamento da auctora com Manoel Gomes da Silva, filho do réu Luiz José Gomes; e aproveitou a occasião para rectificar a minha exposição, na parte em que me referi a um **filho** do réu Francisco de Salles, pois devia referir-me ao filho do réu Luiz José Gomes.

O que tudo visto:

Attendendo a que, segundo o disposto no art.º 2:513 do Cod. Civ., se não podem desprezar os **depoimentos singulares**, quando tenderem a provar o mesmo assérto;—

Attendendo a que os **depoimentos affirmativos** prevalecem sobre os **negativos**;—

Attendendo a que, se o fallecido **tratou** a auctora como **filha**, com mais frequencia nos primeiros annos da sua infancia e depois com um certo retrahimento, a differença de tratamento se explica pelo facto de a auctora ir residir para Molêdo e, ainda, porque não lhe agradou, como era natural, o casamento da mãe da auctora;—

Attendendo a que, pelo menos na infancia da auctora, até aos quatro ou cinco annos, esse **tratamento** se demonstrou por manifestações inequivocas, tanto por parte do pretenso **pae** como da **familia** e do **publico**, e assim se estabeleceu a **posse de estado**, que, uma vez **adquirida**, se não **perde**;—

Attendendo a que seria **absurdo** interpretar a lei no sentido de exigir que o **tratamento** seja dis-

pensado por **todos** os **parentes**, ainda mesmo aquellos que, por viverem **distanciados**, nenhumas relações de convivencia tivessem com os inculcados filhos;—

Attendendo a que, quanto á ré Angelica, unica que vivia n'esta cidade, os depoimentos das testemunhas são concludentes, e, quanto a alguns dos restantes **parentes**, tambem se averiguaram factos, dos quaes se deduz que reputaram a auctora como **filha** do fallecido;—

Attendendo a que o facto de não ter havido **impedimento** ao casamento da auctora com o filho do réu Luiz José Gomes, só prova a pouca attenção que o publico presta á leitura dos **proclames** e talvez a indifferença, com que attende aos casamentos entre parentes sem a precisa dispensa, indifferença que é censuravel debaixo do ponto de vista religioso, mas que não invalida o facto plenamente demonstrado de o publico considerar a auctora como filha de Antonio José Gomes e, portanto, como **prima** do homem, com quem esteve para contrahir matrimonio;—

Attendendo a que as negações do fallecido, feitas aos que lhe attribuiam a paternidade da auctora, são contrariados pelo **tratamento**, que elle lhe dava e pelos seus **propios actos**, dos quaes se inferia que a considerava como **filha**, não podendo attribuir-se taes dizeres, senão a despeito, por motivo do casamento da mãe da auctora, sendo que taes dizeres são pouco verosimeis, já pela immoralidade que revelam, já porque uma das testemunhas que se refere a esses factos (a segunda dos réus, Rosa Dias Correia Braga), tendo substituido a mãe da auctora na communhão de **moradia** e de **mesa** com o fallecido Gomes, é possivel que fosse pouco imparcial no seu depoimento por motivos de emulação com a mãe da auctora, o que se diz sem animo de offensa, para a testemunha e só por dever de officio:—

Portanto, julgo provada a **posse** de **estado** alle-

gada pela auctora e passo, por isso, a apreciar a **prova da filiação.**

Que a mãe da auctora teve **relações carnaes** com o fallecido Gomes e que essas relações começaram em 1869 e duraram, pelo menos, até ao nascimento da auctora affirmam-o as testemunhas por esta produzidas, menos a setima, por não ser sobre esse ponto perguntada, chegando mesmo algumas — como foram a primeira a fl. 90 verso, a segunda a fl. 97 e a quarta a fl. 134 — a verem a mãe da autora deitada na cama com o fallecido; affirmam-o tambem algumas das testemunhas dos réus; e estes mesmos, se não confessam explicitamente este facto. tambem o não negam.

¿Mas era a mãe da auctora uma mulher honesta e bem comportada e guardou fidelidade ao Gomes, emquanto com elle manteve relações?..

Affirmam-o as testemunhas da auctora e negam-o a dos réus.

Entre estes depoimentos contradictorios, parece-me apurar-se que a mãe da auctora já não era virgem, quando veio para a companhia do Gomes, com o qual viveu cêrca de dez annos, em **publica mancebia.**

E' evidente que, dadas estas circumstancias, ella não podia ser considerada pelo **publico**, como mulher de bom e regular comportamento.

¿E, durante o tempo que viveu com o fallecido Gomes, teria relações illicitas com outro homem?..

Asseveram-o a terceira testemunha dos réus Manoel Pereira de Mello Ferreira e a setima Thomaz Soares Borlido, os quaes dizem terem tido relações carnaes com a mãe da auctora, o primeiro haveria vinte e dois para vinte e tres annos da data do depoimento e o segundo haveria vinte e tres para vinte e quatro annos, isto é em 1876 ou 1877 o primeiro, e em 1875 ou 1876 o segundo.

Ora, tendo a auctora nascido em 5 de setembro de 1879 devia ter sido **concebida** em Dezembro

de 1878 e, portanto, não coincide a sua **concepção** com as relações, que as duas testemunhas dizem ter tido com a mãe da auctora, havendo a distanciar os dois factos um intervallo, pelo menos, de **um anno**; e, assim, estas relações, a serem verdadeiras, não excluem a **paternidade** do Gomes e nem mesmo a p em em duvida, pois essas testemunhas são as primeiras a declarar que a auctora não é filha d'ellas.

Mas os depoimentos d'estas duas testemunhas são pouco de acceitar, por uma critica desapassionada; pois que a primeira é evidentemente **suspeita**, como o provaram as testemunhas oppostas em **contradicta**; e a segunda mostrou a sua **má vontade** contra a **mãe** da auctora, asseverando, falsamente, que o Gomes a increpava de pouco zelosa nos interesses da casa, quando está provado, pelas proprias testemunhas dos réus, que o Gomes dizia que ella era muito **trabalhadora** e o **ajudara a ganhar** muito dinheiro.

O que tudo ponderado, e

Considerando que o pretenso pae falleceu em 11 de dezembro de 1898, sendo a auctora ainda menor e que, ainda na **menoridade**, propôz a **acção de investigação de paternidade illegitima**;—

Considerando que a auctora, para provar a sua **filiação illegitima**, allegou e provou achar-se na **posse de estado**;—

Considerando que a auctora provou — quanto é possivel provar-se sobre factos d'essa natureza — que o pretenso pae teve **relações carnaes** com sua mãe, vivendo com ella em **pública mancebia**, cêrca de dez annos;—

Considerando que provou que a **concepção e nascimento** da auctora coincidiu com a epocha em que existiram essas relações com o pretenso pae, o que constitue uma forte **presumpção** a favor da allegada **filiação**;—

Considerando que mais corrobóra essa **presumpção** o facto, attestado por algumas testemunhas,

de a auctora se **parecer phisicamente** com o pretenso pae;—

Considerando que não se provou, cumpridamente, por parte dos réus, que a mãe da auctora tivesse, no periodo das relações com o Gomes, relações illicitas com **outros homens**, e antes se provou por parte da auctora o **bom comportamento** da mãe, n'aquelle periodo;—

Considerando que a **posse de estado**, já demonstrada, como **reconhecimento** que é da **filiação** por parte dos **paes**, da **familia** e do **publico**, completa a prova de **filiação**;—

Considerando que o fallecido Gomes não deixou outros filhos alem da auctora e não dispoz de seus bens, estando os réus na posse da herança:—

Portanto—conformando-me com as disposições legaes applicaveis —julgo procedente e provada a acção e, consequentemente, condemno os réus a reconhecerem a auctora como **filha illegitima** do fallecido Antonio José Gomes, **unica** e **successivel** em toda a sua herança, que os réus lhe **entregarão**, e mais os condemno nas **custas** e **sellos** do processo principal.

Arbitro ao advogado officioso vinte mil reis e ao solicitador cinco mil reis e, a favor da auctora, a titulo de **procuradoria**, vinte e cinco mil reis, visto que a **assistencia** lhe foi concedida depois de o processo correr varios termos, o que tudo será pago pelos réus.

Declaro que demorei este processo além do praso legal, por motivos da affluencia de outros serviços publicos, a que a lei dá preferencia e porque a causa demandava demorado exame.

Intime-se esta, que dou por publicada na mão do escrivão.

Vianna do Castello, 7 de outubro de 1901.

Françisco de Meirelles Leite Pereira d'Abreu e Sousa.

Tenções e accordão sobre a appellação

Trata-se d'uma **acção de paternidade illegitima**.

O relatorio está feito na sentença appellada, com tanta clareza e exactidão, que referirei apenas o bastante para se poderem conhecer os factos principaes: — o direito em que se funda e as razões porque se contesta.

Anna Maria Gonçalves de Araujo, auctorizada por seu marido, Alexandre Pires de Freitas, veio a juizo, como representante de sua filha natural, Erminda da Graça, que devidamente perfilhou, tanto no assento do baptismo, documento a fl. 2, como na escriptura a fl. 11, com a presente acção para mostrar que a mesma Erminda é **filha illegitima** de Antonio José Gomes, padeiro, estabelecido na rua Oito de Maio da cidade de Vianna do Castello, fallecido em 11 de novembro de 1899, documento a fl. 8, no estado de solteiro, sem testamento e sem ascendentes, nem descendentes legitimos;

Que ella Auctora mãe, sendo solteira, foi como creada de servir para casa do dito Antonio José Gomes, que ahi se conservou por tempo de nove ou dez annos, tendo com ella relações carnaes, de que resultaram o nascimento de dois filhos, um por nome Josè, que falleceu da idade de dez mezes, certidão a fl. 10, e outro a mencionada Erminda da Graça, nascida em 5 de setembro de 1879, menor, portanto, de 21 annos á propositura d'esta acção;

Que, durante o tempo que se conservou ao serviço do mesmo Antonio José Gomes, foi sempre de regular comportamento, não tendo relações carnaes com outro homem, que o dito Gomes;

Que sua filha Erminda, pelo menos durante os primeiros annos, foi sempre reputada e tratada

como filha, pelo mesmo Gomes, qualidade esta que os réus, seus parentes collateraes, tambem lhe reconheceram; — que, sendo pois Erminda da Graça menor, ao tempo da propositura da acção, que tendo o pretenso pae, fallecido, como dito é, durante a menoridade da Erminda, e estando esta na posse de estado, lhe assistia por lei, art.º 130 n.º 2.º, combinado com o art.º 133, n.º 1.º do Codigo Civil, o direito de vir a juizo.

E conclue a sua acção, pedindo que se ordene a citação dos Réus na fórmula exigida; — que a mesma acção se julgue procedente e provada, e por meio d'ella, a Auctora menor como **única filha illegítima e successivel** em toda a herança do finado Antonio José Gomes, sendo os Réus certos, seus tios, e quaesquer incertos, que venham á acção, condemnados a reconhecer-lhe esta qualidade, e, consequentemente, a entregar-lhe todos e quaesquer bens da mesma herança, que tiverem em seu poder, com **annulação** de quaesquer **documentos** ou **actos** e respectivos registos, que por ventura invoquem em defeza, e todos em custas e procuradoria, á excepção do Ministerio Publico.

Os Réus, na sua contestação a fl. 41, allegam:—

«Que o comportamento da Auctora, durante o tempo que foi creada do fallecido Antonio José Gomes, foi de todo o ponto irregular, de sorte que—se n'esse tempo, ou em qualquer parte d'elle a mesma Auctora teve relações illicitas com o amo—não eram as unicas que mantinha, porque era publico e notorio e sabido de toda a visinhança que ella n'esse tempo se prostituia com diferentes individuos, e bem o sabia o predito Antonio José Gomes, que, tendo conhecimento do estado de gravidez da Auctora, a pôz na rua, o que não aconteceria, se soubesse que ella lhe fôra fiel, e se convencesse que o nascituro era seu filho»;—

«Que, se depois de a pôr fóra de casa a favoreceu e beneficiou por qualquer forma, não foi como reconhecimento de qualquer obrigação para com ella, ou para com filhos d'ella; pois que bem sabia que a Auctora, continuava a portar-se mal, prostituindo-se com varios»;

—«Que o fallecido Antonio José Gomes, nunca tratou por filha a filha da Auctora, e nunca consentiu que ella lhe chamasse pãe»;

—«Que os Réus e quaesquer outros parentes do fallecido Antonio José Gomes, nunca consentiram que os tratasse como parentes a filha da Auctora, e jámais a consideraram como tal;—que nem na vida, nem depois do fallecimento de Antonio José Gomes, nunca os Réus praticaram qualquer acto, ou fizeram qualquer affirmativa que indicasse outra cousa que não fosse a mais formal negação de ter a filha da Auctora a pretendida paternidade»;

—«Que nunca a filha da Auctora foi considerada como filha de Antonio José Gomes, nem tratada como tal»;

—«Que, em taes circumstancias, se não dão a favor da filha da Auctora as condições, juridicamente indispensaveis, para a admissibilidade e procedencia da acção proposta»;

—«Que, em taes termos e melhores de direito, deve a presente acção ser julgada improcedente e não provada».

A Auctora mãe replica a fl. 44, acceitando as confissões uteis que julga existirem na contestação, e, fazendo varias considerações sobre a improcedencia do que na mesma se allega, conclúe como na acção.

Os Réus treplicaram por negação a fl. 49.

Seguiu-se a inquirição das testemunhas offeidas pela Auctora e pelos Réus, encontrando-se as d'aquella a fl. 89 verso, 96 verso, 115, 133 e 142 verso, 151 e 160 verso, 174 verso, 186 verso e 189; e as d'estes a fl. 214, 218 e 229 verso, 233 verso e

245 verso, 251 e 260 verso, 262, 275 verso, 279, 282, 289 e 293 verso.

Ambas as partes allegaram de direito — a Auctora mãe a fl. 302, e os réus a fl. 336.

A fl. 350 verso está a sentença julgando procedente e provada a acção, e condemnando os Réus conforme o pedido feito na mesma acção.

E' d'esta sentença que vem a presente appellação, de que cumpre conhecer, visto ser o recurso competente, interposto em devido tempo, e não haver motivo para se duvidar da legitimidade das partes.

Os réus, ora appellantes, minutaram a fl. 391 e as Auctoras, ora appelladas, a fl. 417.

Ermininda da Graça, estando devidamente **perfi-lhada** por sua mãe, sua legal administradora, sendo **menor** quando a presente acção foi proposta, e estando na **posse de estado**, reunia as condições juridicas necessarias para a acção se deduzir depois do fallecimento do pretenso pae, conforme as disposições dos citados art.^{os} 130, n.º 2.º, combinado com o art.º 133, n.º 1.º doCodigo Civil.

Anna Maria Gonçalves d'Araujo mostra-se auctorizada por seu marido, Alexandre Pires de Freitas, conforme o documento ou procuração a fl. 12.

O Ministerio Publico (certidão a fl. 20) foi citado para a acção, como o foram pessoalmente os **interessados certos**, e por **editos** os **incertos**, que pudessem julgar-se com direito a intervir n'ella.

No art.º 115 do Cod. Civ. diz-se que a **posse de estado** «consiste no facto de alguem haver sido reputado e tratado por **filho**, tanto pelos **paes**, como pela **familia** d'estes e pelo **publico**».

E no art.º 114—subordinado, como aquelle, á epigraphe «**da prova da filiação legitima**» e applicaveis tambem á hypothese sujeita—diz-se que a **filiação legitima** se prova pelos registos do nascimento, na sua falta por qualquer documento authenticico,

e, na falta d'este, pela **posse de estado**, provada por **escripto** ou por **testemunhas**.

A prova offerecida na presente acção é unicamente **testemunhal**.

Não ha duvida de que a Auctora, mãe de Erminda, era solteira no tempo das suas relações com Antonio José Gomes, e de que este se conservou sempre n'esse estado.

A **posse de estado**, segundo o citado art.º 115, tem de ser entendida em termos habeis, e nos limites do **justo** e do **possivel**.

O ser o filho **tratado** e **reputado** como tal pelo pretenso pae, é sem duvida o **ponto mais essencial** para que o pedido d'aquelle seja attendido.

A prova dos autos parece não deixar duvida de que Erminda da Graça é **filha natural** de Antonio José Gomes, e de que como tal foi **reputada** e **tratada** por elle.

As testemunhas da Auctora affirmam que Erminda tratava o Antonio José Gomes como **pae**, e de que este a tratava como **filha**, quer em **publico**, quer em **particular**, dando-lhe a **benção** e dispensando-lhe **carinhos** e **cuidados**, proprios de pae.

As testemunhas, a fl. 89 verso e a 133, d'aquella, **padrinho** e esta **madrinha** do baptismo da Erminda, dizem que o Gomes, convidando-os para esse fim, dissera—«**que pedia o favor de irem ser padrinhos da sua filha, a referida Erminda**», dando á primeira 4:500 reis para despezas do baptisado.

Dizem tambem, as testemunhas:—

que o Gomes vivia nas mais intimas relações com a Auctora mãe, e que, durante os nove ou dez annos que esta estivera com elle, dormiam no mesmo quarto, e até na mesma cama; sendo ella sempre d'um **comportamento regular**, e sempre **zelada** por elle, que a não deixava sahir senão á missa, e debaixo das suas vistas; e

que a dita Auctora olhava pelas cousas da casa com o maior interesse, contribuindo muito, com

o seu trabalho para augmentar os haveres do Gomes, como este confessara, ut. fl. 175 verso.

Referem, tambem, que Erminda da Graça é muito parecida com o pretenso pae; chegando a 5.^a testemunha, Antonio José Alvès, tabellião, a dizer, a fl. 188, que ella é o **retrato fiel** do Gomes.

Pelo que respeita a ser Erminda reputada e tratada pelo **publico** como filha de Antonio José Gomes, são as testemunhas das Auctoras unanimes em affirmar que sempre, e sem voz em contrario, a teem ouvido considerar como tal, chegando a testemunha de fl. 133 a declarar a fl. 146 verso que jurava, por tudo quanto é sagrado, em como a Auctora (Erminda) é filha do fallecido Antonio José Gomes, nem admittia a possibilidade d'ella ser filha d'outro individuo.

Parece, pois, que em face dos depoimentos das testemunhas das Auctoras, não ha razão para duvidar que Erminda da Graça foi **tratada e reputada por filha** pelo pretenso **pãe**, e o tem sido sempre pelo **publico**.

Ha, porém, a notar que os **cuidados e affectos** do pretenso pae não foram sempre os mesmos para com sua **filha**.

Houve uma epocha, em que esses cuidados e affectos affrouxaram e seria ella desde os cinco ou seis annos de Erminda.

Vejamos esses factos, que prendem com essa epocha e com esse affrouxamento, visto que elles podem influir, sobre o ter-se como procedente, ou como improcedente um dos principaes argumentos produzidos pelos Réus contra o allegado pelas Auctoras.

Dizem aquelles no art.º 3.º da sua contestação: —«P.: — que, tendo conhecimento do seu estado de gravidez, a pôz na rua, o que não aconteceria se contasse que ella (Anna Maria Gonçalves d'Araujo) lhe fôra fiel, e se convencesse que o nascituro era seu filho».

Anna Maria Gonçalves d'Araujo, porém, expli-

ca a sua sahida de casa do Gomes, ao fim de nove para dez annos, por fórma inteiramente differente—fórma que é confirmada, nos depoimentos das testemunhas primeira de fl. 59 verso, 4.^a a fl. 142, 5.^a a fl. 151, a 8.^a fl. 187, pois que nos dizem que a sahida foi determinada por uma questão, que se suscitou entre o Gomes e a Anna Maria, não querendo aquelle que ella amamentasse o filho ou filha, que trazia no ventre, e insistindo esta em que havia de o crear aos seus peitos.

E, de facto, sabindo a Auctora mãe da casa do Gomes, dias antes de dar á luz Erminda da Graça, não se comprehenderia que o Gomes, vivendo como vivia com a Auctora, só tão tarde conhecesse o seu estado de gravidez, e só então pozesse em duvida a sua fidelidade, e fizesse depois as despesas do baptismo da Erminda, e continuasse a frequentar de dia e á noite a casa da Auctora, mandando-lhe gallinhas e fornecendo-lhe trigos, para montar a padaria, que ella ia estabelecer.

As relações do Gomes com Erminda affrouxaram, mas foi quando a Auctora mãe, passados tres ou quatro annos depois da sua sahida de casa do Gomes, começou a ter namoro com o que é hoje seu marido—namoro que o Gomes nunca viu com bons olhos, no dizer d'algumas das testemunhas, que inferem d'ahi que o Gomes se lembrava da Auctora.

A 4.^a testemunha refere, a fl. 143, que o Gomes, quando Erminda tinha 4 para 5 annos, a quiz metter n'um **asylo** de **irmãs da caridade**, apresentando-se em casa d'ella testemunha, e dando-lhe meia libra em ouro, para ella comprar algumas peças de roupa, apresentando depois a sua conta; que em attenção ao pedido do Gomes ainda fez algumas compras para o **enxoval**, que entregou á mãe de Erminda, mas não se sabe se elle o fez, e tão só que a pequena foi para Mollêdo para casa d'umas tias maternas.

Este procedimento do Gomes, nascia de se dizer que o marido da Auctora mãe não tratava bem a Erminda.

Do affrouxamento, porém, do Gomes nos seus affectos para com a Erminda, não resulta **falta de direito** para a propositura da acção, visto que a **posse de estado, uma vez adquirida, não mais se perde.**

Mas o art.º 115 do Cod. Civ. exige, também, que o filho do pretenso pae seja tratado como tal pela familia d'este.

Esta exigencia é sem duvida comprehensiva tanto das **filiações legitimas**, como das **illegitimas**; mas é certo que esse **tratamento** é mais facil n'aquellas do que nas **illegitimas**, visto que, na maioria dos casos, mais tratam de se occultar do que de lhes dár publicidade. E é por isso que nós avançamos o principio de que o art.º 115 devia ser entendido em **termos habeis** e nos limites do **justo e do possivel.**

No entretanto esse **tratamento** por parte dos Réus, **irmãos** do Gomes, não falta, na parte possivel, á Erminda da Graça.

Antonio José Gomes residia, ha muitos annos, na cidade de Vianna do Castello, e, por tanto, fóra da freguezia da sua naturalidade, emquanto que seus **irmãos**, os Réus, viviam nas freguezias em que nasceram, fóra da cidade, com excepção da irmã Angelica Clementina Gomes, que vivia tambem em Vianna e d'ahi a difficuldade de relações não só com Erminda, mas com o proprio Gomes, e tanto que nem as Auctoras nem os Réus fazem referencia a ellas, quando negam que elles a tratassem e reputassem como **sobrinha.**

Com referencia a Angelica, como vivia na cidade, já sabemos pelos depoimentos da 8.ª testemunha, a fl. 180, que ella acariciava a Erminda e a tratava por **sobrinha**, dando-se, até, o caso de a mesma testemunha, segundo o seu depoimento, perguntar á mesma Angelica, ja depois da morte

do Gomes, se a sobrinha não herdava do pae, ao que esta Angelica respondeu:—«não herda, porque a não **perfilhou**, apesar de me ter dito que o **havia de fazer**».

A mesma testemunha refere, a fl. 193, o que se passou entre a Erminda e o irmão do Gomes, por nome Francisco, Réu na acção.

E referem, tambem, algumas das testemunhas um projecto de casamento de Manoel Gomes, filho do mencionado Francisco, com a Erminda; projecto que, apurados os factos, parece não ter ido por deante, por causa dos **laços de parentesco**, que havia entre elles.

Estabelecido que Erminda da Graça foi tratada e reputada como **filha** pelo pretenso **pae** e, igualmente, pelo **publico**, sem voz em contrario, iniquo seria, e contrario á doutrina dos tribunaes, que—pelo facto de na causa se não fazer egual prova, com relação a **toda a familia** d'esse pae—deixasse de ter-se como procedente e provada a acção proposta.

O art.º 115 refere-se á **familia** e não a **toda a familia** do pretenso pae, e nem o contrario se deve ver na lei. Exigir o conhecimento de **todos** os membros d'uma **familia**, numerosa e dispersa, seria exigir o **impossivel**. *E ad impossibilia nemo tenetur*.

As testemunhas das Auctoras depoem, por vezes, **singularmente**; mas—tendendo esses depoimentos ao mesmo assérto e resultando do seu complexo a prova do que as Auctoras allegam—devem elles acceitar-se, em vista do disposto no art.º 2513 do Cod. Civil.

Nos expostos termos, votaria pela confirmação da sentença appellada, e condemnaria os Réus, ora appellantes, nas custas accrescidas e no minimo da procuradoria legal.

Porto, 20 de janeiro de 1903.

Eça Azevedo.

3.^a Tenção

A appellação vem da sentença de fl. 350 verso, que julgou procedente a acção de **investigação de paternidade illegitima**, intentada pela auctora Anna Maria Gonçalves d'Araujo, em nome de sua filha menor Erminda da Graça, contra os réus appellantes Maria José Gomes e outros.

Allega a mesma auctora que—tendo ido servir para casa do fallecido Antonio José Gomes, irmão e cunhado dos réus, em 1869—ahi teve relações amorosas com o mesmo, de que resultou conceber d'elle e dar á luz, em 5 de setembro de 1879, a menor Erminda da Graça, que sempre foi reputada e tratada por elle como sua filha, assim como pela familia e pelo publico.

A appellação é competente e foi interposta em tempo, e mostrando-se pelo processo que o pretense pae da menor falleceu em 11 de novembro de 1898, no estado de solteiro, sem testamento, nem filhos reconhecidos, sendo os réus, com excepção do Ministerio Publico, seus **herdeiros**, e a dita filha ainda menor quando se instaurou esta, em fevereiro de 1899, cumpre conhecer d'ella.

Verifica-se aqui a hypothese prevista no art.^o 130 do Cod. Civ. e, não existindo escripto do pae, a que se refere o n.^o 1.^o do citado artigo, torna-se necessario examinar se a mesma menor se acha na **posse de estado**, nos termos do n.^o 2.^o do mencionado codigo.

Esta, segundo o art.^o 115 do mesmo codigo, consiste «no facto de alguém haver sido **reputado e tratado** por filho, tanto pelos **paes**, como pela **familia d'estes e pelo publico**».

Não ha duvida de que o mesmo **pae**, por muitas vezes, reconheceu a dita menor como sua **filha**, beijando-a e tratando-a como tal, convidando os

padrinhos para o seu baptisado, pagando as **despezas** d'este e outras, e incumbindo ainda depois a testemunha Maria José de Mattos de tomar conta d'ella e de a levar para sua casa, por desconfiar que o padrasto a tratava mal, e não querer isso.

E nem se diga que isto não foi **sempre**, não se verificando assim o primeiro elemento da **posse de estado**; porque nem a lei o exige, nem os tribunaes podem **ampliar** e agravar a mesma, **além** do seu **contexto**.

O art.º 517 do mesmo codigo nada diz para o caso; e, se o art.º 115 foi traduzido, como se quer, doCodigo Civil Francez e se lhe supprimiu a palavra **constante**, é porque o legislador não quiz, supprimindo de **proposito** tal palavra, ser tão rigoroso como o codigo francez.

Não foi **descuido**, mas **proposito**.

A **familia** do pae, também **reputou** e **tratou** a dita menor da mesma fórma, acariciando-a e reconhecendo-a como tal, e principalmente a ré Angelica, que vivia com elle e mais conhecimento tinha d'isto e da sua vida.

E, se depois do fallecimento do mesmo **pae**, o *bezerro de ouro* fez **esfriar** este **reconhecimento**, nem a lei, nem os tribunaes podem deixar de acatar os **direitos reconhecidos**, e sacrificar-os no **interesse, sordido e material**, d'aquelles, que a tudo antepoem o *sacra auri fames*.

E cabe, também, aqui, a mesma reflexão, que acima fizemos.

Quando a lei diz «**familias**», não se quer, de certo, referir ao **absurdo** nem ao **impossivel**, estendendo este reconhecimento a **todos** os **membros** da **familia** e, mesmo, áquelles que nem, sequer, teem conhecimento dos outros.

E' bem sabido o principio de que «**ninguem é obrigado a impossiveis**», e a lei nunca podia pensar em obrigar o membro de uma familia a reconhecer outra como tal, desde que não tem conhecimento d'elle, nem mesmo sabe se existe.

Com o **publico** acontece outro tanto, e nem é necessario, como parece indicar-se, **todo** o **publico** de Vianna.

Consta do processo que o **publico**, que tinha conhecimento do pretenso **pae** da menor e **d'esta**, a **tratava** e **reputava** como **filha** do mesmo, e nem podia deixar de assim ser, desde que via que a mãe da mesma vivia com elle na mesma casa, com toda a familiaridade, e ahi tinha **concebido duas vezes** e dado já á luz **outro filho**, que falleceu.

Respeitemos a memoria dos mortos e não a insultemos, suppondo-a capaz de viver e de ter de portas a dentro, por tantos annos, uma mulher, que se ia prostituir fóra e vinha, depois, grávida para sua casa, attribuindo-lhe falsamente o seu estado.

Isto é baixo de mais para se poder acceitar, e serve tambem de resposta a dois crapulosos, que, sem pudor, tiveram a coragem de vir a juizo referir factos, que talvez não praticassem.

Além de ter pouca importancia, por não coincidir com a **concepção** e **nascimento** da menor, tem contra si o antigo adagio, que desde logo observa que « **quem o diz não o faz, e quem o faz não o diz** »; e com certeza, porque quem tem pundonor não anda propalando em publico as suas fragilidades, e antes trata de as encobrir, o melhor que póde.

Já tivemos de organizar e julgar, em primeira instancia, uma causa d'esta natureza e ahi appareceu, tambem, um crapuloso a declarar, debaixo de juramento, que a auctora era mal comportada e tanto que já tinha tido relações illicitas com elle.

Esta tôrpe declaração não passou sem reparo, mas depois soube-se, claramente, que o immoralão tinha recebido boa quantia, para ir jurar isto.

Não poderá applicar-se ao caso presente?..

Em vista do exposto, entendo que está provada a **posse** de **estado**, e que a menor não pode deixar de se considerar como **filha** do pretenso pae Antonio José Gomes, sem que obste, tambem, o

facto de se dizer que elle pôz fóra de casa, nas proximidades do parto, sua mãe; porque está explicado no processo que ella sahira de combinação com o mesmo, praticando elle, ainda depois d'isto, os factos acima relatados.

O que se quer, ainda, deduzir da certidão de fl. 203, é, a meu vêr, contraprocendente. Longe de não haver **impedimento**, não se chegou a effectuar o casamento da mesma menor com o dito Manoel Gomes da Silva, por a isto se oppôr seu pae, o réu Luiz José Gomes e declarar, logo, que eram **primos legítimos**, como refere a testemunha de fl. 168 e 173.

D'onde se vê que ninguem se quiz incommodar e, exposto isto ao parocho, o mesmo **parentesco** foi logo **denunciado** pelos interessados e obsteu ao projecta lo casamento.

Por isso, salvo o devido respeito á opinião em contrario, voto tambem pela confirmação da sentença appellada, com as custas accrescidas pelos appellantes e o minimo da procuradoria n'esta instancia.

Porto, 17 de março de 1903.

Coelho da Rocha.

5.^a Tenção

A sentença de fl. 350, proferida na **acção ordinaria**, deduzida a fl. 2—a qual é de **investigação de paternidade illegitima**, com fundamento na **posse de estado**, intentada na comarca de Vianna do Castello, por Anna Maria Gonçalves d'Araujo, representando sua filha Erminda da Graça, contra os réus ora appellantes, Maria José Gomes, marido e outros, —julgou a mesma acção procedente e provada.

D'essa sentença appellaram os réus, e os autos mostram que o recurso é competente, que fôra interposto em tempo, que as partes são legitimas e que a perfilhante Erminda se acha nos autos devidamente representada por sua mãe, e esta devidamente auctorizada por seu actual marido.

Tambem acceito o relatorio da causa, detida e correctamente feito na sentença appellada; e, pois que nenhuma questão previa ha que possa obstar ao conhecimento do recurso, entro na sua apreciação.

A **acção** fundamenta-se, exclusivamente, em o n.º 2.º do art.º 130 do **Código Civil** — **posse de estado**; e toda a questão dos autos se reduz a conhecer se — no que são divergentes os doutos collegas, que me precedem—a auctora provou, ou não, a invocada «**posse de estado**», nos termos em que este **elemento substancial** é definido no art.º 115 do mesmo código.

Estando provado, pelos documentos de fl. 8 e 9 e 11, que a perfilhanda Erminda é **filha** da Auctora e **menor** ao tempo da interposição da acção, embora n'esta occasião fosse ja finado o pretense pae Antonio José Gomes, que era solteiro, e sem herdeiros legitimarios, claro é que se está no caso excepcional do n.º 1.º do art.º 133 do ci-

tado código, segundo o qual a acção, com o sobredito fundamento, não é defesa.

Com referencia á prova da **posse de estado**, que define aquelle art.º 115, começarei por dizer que, em meu juízo, a prescrição d'esse art.º deve entender-se em **termos habeis** e de modo que não se vá d'encontro ao que é **natural, justo e possível**; e que, consequentemente — salva a consideração devida aos votos em contrario — eu, para a intelligencia da phrase «**posse de estado**», não hei de decompol-a, para pretender que ao termo «**posse**» sejam aqui applicaveis os requisitos, que o art.º 517 do Cod. Civ. exige para a **posse** de que, n'esses art.ºs e para os effeitos n'elles determinados, se trata.

E, assim, entendo que a **posse de estado**, de que falla aquelle art.º 130, como fundamento da **acção de investigação de paternidade**, adquirida que ella seja, não pode perder-se pelo *não uso* durante *um anno*, ou pelo *abandono*, ou pela *posse d'outrem*, cit. cod. art.º 482; não lhe são, nem lhe podem ser, applicaveis os **meios de manutenção ou restituição**, de que ahi trata o cod. cit. nos art.ºs 484 e seguintes, nem a totalidade das regras de direito n'esse capitulo estabelecidas; e que, consequentemente, o filho, que por seu pae foi, desde o seu nascimento, durante a sua infancia e ainda depois, **tratado e reputado** como seu filho, não pode perder o direito, que d'ahi lhe advem, pelo facto de o mesmo pae, a final e nos ultimos annos de sua vida, pretender negar a sua paternidade, por qualquer frivolo pretexto.

Não conheço lei que assim o estabeleça; e a **bôa rasão** e os **principios do direito natural** tambem não auctorisam a affirmativa.

Egualmente penso que o termo «**familia**», empregado no cit. art.º 115, não pode abranger **todo e qualquer parente** do pretenso pae, por maior que seja a distancia em que viva, ou haja sempre vivido, e embora não tenha conhecimento algum dos pretensos pae e filho ou dos factos por elles pra-

ticados; e o mesmo direi d'este outro termo «**público**», que, certamente, não pode comprehender **todos** os **moradores** do districto, comarca, concelho, ou mesmo parochia, onde vivam aquelles **pae** ou **filho**, e ha de, necessariamente, ser o **público** formado pelos **visinhos** d'estes, que estes veem, e com elles tratam frequentemente, e que são conhecedores da vida e factos dos mesmos.

Estabelecidos estes **principios**, que tenho por verdadeiros, direi que—depois de concluida a trabalhosa analyse da larga prova testemunhal produzida, e de todos os mais elementos de apreciação que os autos fornecem — me advem a convicção de que a referida Erminda da Graça é **filha illegitima** do pretenso pae Antonio José Gomes; e que, consequentemente, tenho por bastantemente provado que ella se acha na **posse** de **estado**, que invoca.

Que a mesma Erminda foi, desde o seu nascimento e durante os primeiros quatro ou cinco annos da sua infancia, **tratada** e **reputada** como **filha** pelo pretenso **pae**—o depoem, uniformemente, quasi todas as testemunhas da Auctora.

Foi esse pretenso **pae** quem convidou os **padrinhos** para o baptismo d'ella, denominando-a «**filha**».

Foi quem pagou as **despezas** d'esse baptismo; quer em particular, quer em publico **tratava-a**, então e depois, como **filha** e acarinhava-a, dando-lhe a mão a beijar.

A Auctora, mãe de Erminda, **concebera** esta, quando desde ha annos vivia na casa e companhia do pretenso pae; e, até, segundo algumas testemunhas, com o mesmo dormia.

A Auctora já tinha tido **outro filho**, que o pretenso pae, tambem, reconhecera como seu, mas que fallecera.

A Auctora era, na casa do pretenso **pae**, como **dona** ou **administradora**, prestando-lhe serviços, e ajudando-o muito na sua industria de padeiro.

O Gomes estimava-a, **zelava-a** muito, não a deixava sahir de casa senão rarissimas vezes; e todas as testemunhas da Auctora são contestes em affirmar que, durante os largos annos em que esta esteve em casa do Gomes, lhe fôra sempre fiel, e bem comportada; referem, ainda, algumas de taes testemunhas que a Erminda é muito parecida com o Gomes; havendo uma que affirma ter o Gomes, quando Erminda contava cinco annos, pretendido fazel-a entrar n'uma casa de educação, do que encarregára a mesma testemunha.

Tendo a Auctora sahido da casa do Gomes para dar á luz a Erminda, Gomes frequentava, a meude, a casa d'esta; com ella continuou as suas antigas relações; proporcionou-lhe meios de subsistencia e, até, para agenciar em negocios—o que se deu até que a Auctora, mais tarde, se dispoz a casar com o seu actual marido.

Gomes viveu e morreu solteiro; os seus parentes eram os cinco **irmãos**, todos réus n'esta causa.

D'estes só a irmã Angelica viveu alguns annos com elle; os demais viviam do mesmo **separados**, em **freguezias distantes** da cidade, onde o Gomes sempre residiu.

Se não está bem demonstrado que todos estes cinco réus — visivelmente interessados em occultar a **paternidade** do referido Antonio José Gomes — **tratavam** e **reputavam** a Erminda como **filha** d'este, prova-se, ainda assim, bastantemente, que a ré Angelica a **tratava** e **reputava** como tal; e que o mesmo faziam o irmão Francisco José Gomes, e filho do réu Luiz, de nome Manoel; e, pelo que respeita ao «**publico**», são contestes todas as testemunhas da Auctora—e isto se depreheende, mesmo, do que depoem muitas das testemunhas dos réus —que este, sempre, como **filha natural** de Antonio Gomes, considerou aquella Erminda.

Os réus negam a existencia de tal reconhecimento como referencia ao pretenso **pae**, á **familia** e ao **publico**; e as suas testemunhas egualmente o

negam; mas esta **prova negativa** é insufficiente para elidir a que a auctora fez sobre os factos por ella articulados; e o mesmo direi com referencia á supposta prostituição da auctora durante os nove annos, em que viveu na casa e companhia de Antonio Gomes, não obstante os depoimentos da terceira e setima testemunhas dos réus, que para mim são **indignas de credito**, já por virtude da **contradicta** opposta á primeira, já pela **acrimonia**, que se revela no depoimento da segunda, já, enfim, porque ambas ellas, vindo a juizo denunciar uma **torpeza**, de que elles foram os principaes agentes (se é verdade o que relatam), uma tal delacção só pôde ter explicação no **proposito deliberado** de **favorecer** os réus, e de **contrariar** os direitos da auctora.

E' certo que os réus teem allegado, em sua contestação, art.º 3.º, que Antonio Gomes, desde que leve conhecimento de que a auctora era pre-nhe de Erminda, a repulsára de sua casa; mas esta notavel allegação, longe de ser provada, tem ao contrario de ser tida como não verdadeira; visto como os autos bem comprovam que tal sahida da auctora se fizera de **perfeito accordo** com o Gomes, e por motivos bem diversos e bem explicados; o que bem se depreheende, ainda, da confissão dos réus, feita no art.º immediato, 4.º, isto é—que, depois d'essa sahida, o Gomes continuou a favorecer e a beneficiar a auctora.

Como poderia tal fazer, se o Gomes estivesse convencido de que a auctora tivera em sua casa um tão mau comportamento, que só podia ser castigado com a articulada expulsão?...

Pois é certo, por que, alem da confissão dos reus, se comprova de todo o processado, que Antonio Gomes, sendo como era um homem honesto, grande e activo trabalhador, por muitos annos depois que a auctora sahiu de sua casa, continuou a frequentar a casa d'esta; continuou com ella as relações, como antigamente; fornecia a casa d'esta de generos e cereaes para negocio, e chegou mes-

mo a instar com a auctora, para que voltasse para a sua casa e companhia.

Emfim: a prova dos autos convence-me, como já disse, de que a auctora provou, bastantemente, a articulada **posse de estado**; e que sua filha-perfihada Erminda da Graça é **filha illegitima** do pretenso pae Antonio José Gomes; e que, portanto, procede a **acção** deduzida a fl. 2, que procedente e provada julgou a sentença appellada, a qual sentença eu confirmaria, com custas e o minimo da procuradoria pelos appellantes.

Porto, 12 de maio de 1903.

Furtado d'Antas.

Accordão

Accordam em Relação, etc.:—

Que, pelo ponderado nas tenções vencedoras, que aqui se dão como reproduzidas, confirmam a sentença appellada, e condemnam os appellantes nas custas e no minimo de procuradoria.

Porto, 12 de maio de 1903.

Furtado d'Antas

Eça Azevedo

Coelho da Rocha.

EMBARGOS

Tenção que fez vencimento

E

Accordão sobre elles

Os **embargos** de fl. 481 foram oppostos, pelos réus na acção, ao accordão de fl. 477, que confirmou a sentença de primeira instancia, na comarca de Vianna do Castello, julgando procedente e provada a **acção de investigação de paternidade illegitima**, que contra elles, como suppostos herdeiros do fallecido Antonio José Gomes, intentou a embargada, a menor Erminda da Graça, devidamente representada por sua mãe Anna Maria Gonçalves d'Araujo, que, n'esta qualidade e com auctorisação de seu marido, interveio na acção com a mesma sua filha.

Os **embargos** fundam-se em que nas tenções, que fizeram vencimento, não se fez justa apreciação da prova produzida, visto que por esta não se demonstram devidamente os tres requisitos essenciaes, segundo a lei, para que se possa considerar verificada a **posse de estado**, unico fundamento, em que a acção se baseia, não se fazendo, em taes circumstancias, justa applicação da lei, e julgando-se contra direito.

Juntaram os embargantes, com os embargos, o documento de fl. 483, que prova o facto allegado no art.º 12 dos embargos, mas que nenhum valor ou relação tem com o objecto da acção.

Como se vê, a auctora Erminda, menor na epoca da apresentação da acção em juizo, funda o seu pedido na **posse de estado**, em que se considera ter estado como **filha illegitima** de seu pretenso pae, o dito Antonio José Gomes.

Este pedido, nos referidos termos, é auctorizado pelo n.º 2 do art.º 130 e n.º 1 do art.º 133 do cod. civ., e, para que elle proceda, torna-se necessario que se demonstre essa **posse**, nos precisos termos do art.º 115 no mesmo cod.

Ora segundo a disposição d'este artigo a **posse de estado**, no referido caso, consiste no facto de haver sido a dita menor reputada e tratada por filha, tanto pelos **paes**, como pela **familia** d'estes e pelo **publico**.

Para que a designada **posse** se dê como tendo existido, é preciso que os referidos requisitos se verifiquem, **conjunta e simultaneamente**, e a sua prova resulta, não de **factos isolados** e de valor duvidoso, mas sim d'uma **serie de manifestações, constantemente repetidas**, que affirmem, sem a menor duvida, a existencia d'essa relação de familia entre a pessoa, que se considera na posse do pretendido estado, e a familia, a que ella declara pertencer.

E está n'estas condições a embargada Ermin-da da Graça?

Examinada, cuidadosamente, a prova produzida, sou levado a concluir pela affirmativa.

Com effeito, mostra-se provado que a mãe de ella, a dita Anna Maria Gonçalves d'Araujo, sendo solteira, foi viver para casa do pretenso pae da embargada dito Antonio José Gomes, solteiro, padreiro, com quem não tinha relações de parentesco, pondo-se ao seu serviço como creada; que ali se conservou por bastantes annos, e tomando relações amorosas com elle, teve do mesmo dois filhos, um do sexo masculino, que falleceu, e outro do sexo feminino que é a embargada Erminda;

que o dito Antonio José Gomes foi quem cuidou do sustento e enterro d'aquelle seu filho, pagando todas as despesas e **reconhecendo**, assim, **publicamente**, a sua **paternidade**; que, tendo a mãe da embargada dita insistido em querer criar esta sua filha, sahiu para fóra da casa do referido seu amo, poucos dias antes de ter tido o parto, e foi estabelecer-se com nma padaria n'outra casa, abonando-lhe aquelle seu patrão dinheiro para a compra de trigo; que era visitada ahí pelo mesmo seu patrão, o qual com ella continuou a manter relações; que, embora a embargada Erminda vivesse com a designada sua mãe, era porém reputada e tratada por aquelle Antonio José Gomes, na casa da dita e fóra d'ella e sem interrupção, como sua filha, convidando os **padrinhos** para o seu baptismo e fazendo as despesas d'este, cuidando do seu sustento e educação, dispensando-lhe as **caricias** e **affectos** proprios de pae e recebendo-a em sua casa como sua filha, prolongando estes cuidados e tratamento, interruptamente, durante annos, até que, por causa das relações, que a mãe teve com o homem, com quem actualmente está casada, deixou de frequentar a mencionada casa, sem todavia esquecer, por completo, a dita menór, visto que ainda, depois d'isto, a collocou em casa d'um seu parente, ao qual abonou uma pequena **mezada** para sustento d'ella, e a fez remover depois para casa d'uma tia materna d'elle, a quem tambem abonou uma pequena **mezada**, e por ultimo pretendeu internal-a n'um **collegio de meninas pobres**, chegando, para isso, a fazer **despesas**, para aquisição d'um **enxoval**.

Estes factos, de cuja existencia se não pode duvidar, demonstram, bem claramente, que o pretenso pae da embargada Erminda **tratou e reputou** esta como sua **filha**, mostrando-se, d'este modo, verificado um dos requisitos essenciaes da acção, que, a meu vêr, é o principal, embora seja certo que, para procedencia d'ella, é essencial que se

veriquem tambem os outros requisitos, designados no citado art.º 115 do cod. civ.

E mostrando-se, tambem, verificados estes requisitos, porque se prova que, senão todos os parentes do pretense pae da embargada dita, ao menos aquelles, que com elle mais intimamente viviam, reputavam e tratavam como **pessoa de familia** a mesma embargada, tratando-a os irmãos d'elle como sua **sobrinha**, e os **sobrinhos** d'elle como sua **prima**, e dispensando-lhe os **affectos**, proprios das suas **relações de parentesco**, e prova-se, finalmente, que o **publico** a reputava e tratava do mesmo modo, tendo com ella as considerações devidas em attenção ao pretense pae d'ella.

E não procede, a meu ver, a consideração de que, nos ultimos annos, este deixou de tratar a embargada por sua **filha**; porque nem este facto se verifica por modo absoluto, mostrando-se apenas que, depois das relações e casamento da mãe d'ella com o seu actual marido, não tratava da mesma com os cuidados que antes tinha, nem tal facto, a ter-se realisado, podia **prejudicar** os direitos, que ella tinha adquirido pela **posse**, visto que por esta **entrou** na **familia** de seu pae, da qual não podia depois ser expulsa, sendo **expoliada** de **direitos** legitimamente **adquiridos**.

Esta doutrina é, a meu ver, claramente auctorizada pela disposição do citado art.º 115 do cod. civ. nas palavras n'elle usadas — *haver sido reputado e tratado* — que mostram respeitar a **actos de preterito**, não tornando a existencia da **posse** dita dependente de **actos praticados** na **epoca**, em que ella é invocada.

O **direito de familia**, adquirido pela **posse** de **estado**, mantem-se do mesmo modo, como se mantem o dominio d'um predio adquirido pela **posse** d'elle.

Por estes motivos, pois, e salvo o meu muito respeito pelo voto dos doutos meus collegas, que tencionaram em segundo, quarto e setimo lugar,

acompanhando os doutos meus collegas, que tencionaram em terceiro, quinto, sexto e oitavo logar, voto pela **improcedencia** dos **embargos**, sendo confirmado o accordão embargado e condemnando os embargantes nas custas.

Porto, 26 de abril de 1904.

Pestana de Vasconcellos.

Accordão

Accordão na Relação:

Que, pelos fundamentos constantes da 3.^a, 5.^a, 6.^a, 8.^a e 9.^a tenções, que aqui se dão como reproduzidas, julgam improcedentes os embargos, confirmando o accordão embargado, e condemnam nas custas os embargantes.

Porto, 26 de abril de 1904.

Pestana de Vasconcellos

Coelho da Rocha

Figueiredo

Pinto Ribeiro

A. Fontes.

biblioteca
municipal
barcelos



7158

Contraminuta de appellação e
impugnação a embargos